

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

CAMPUS PELOTAS VISCONDE DA GRAÇA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA
TRANSVERSALIDADE NAS METODOLOGIAS
UTILIZADAS POR PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

ROSA MARANÍ RODRIGUES BRIZOLARA

ORIENTADOR: PROF. DR. VITOR HUGO BORBA MANZKE

Pelotas - RS
Agosto/2018

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

CAMPUS PELOTAS VISCONDE DA GRAÇA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA
TRANSVERSALIDADE NAS METODOLOGIAS
UTILIZADAS POR PROFESSORES DA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

ROSA MARANÍ RODRIGUES BRIZOLARA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências e Tecnologias na Educação, área de concentração: Ensino de Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Hugo Borba Manzke

Pelotas – RS
Agosto/2018

B862 Brizolara, Rosa Maraní Rodrigues
A educação ambiental e sua transversalidade nas metodologias utilizadas por professores da educação infantil / Rosa Maraní Rodrigues Brizolara. – 2018.
83 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Câmpus Pelotas Visconde da Graça, Programa de Pós - graduação em Ciências e Tecnologias da Educação, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Vitor Hugo Borba Manzke.

1. Educação Ambiental. 2. Transversalidade. 3. Educação Infantil. 4. Metodologias de Ensino. I. Manzke, Vitor Hugo Borba (orient.). II. Título.

CDU: 504:37

Catálogo na fonte elaborada pelo Bibliotecário

Emerson da Rosa Rodrigues CRB 10/2100

Câmpus Pelotas Visconde da Graça

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

CAMPUS PELOTAS VISCONDE DA GRAÇA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA TRANSVERSALIDADE NAS METODOLOGIAS UTILIZADAS POR PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ROSA MARANÍ RODRIGUES BRIZOLARA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências e Tecnologias na Educação, área de concentração: Ensino de Ciências.

Aprovado em de Agosto de 2018.

Membros da Banca:

Prof. Dr. Vitor Hugo Borba Manzke
(Orientador – CaVG-IFSUL)

Prof. Dr. José Vicente Freitas
(Professor Fundação Universidade do Rio Grande-FURG)

Prof^a. Dr^a. Maria Laura Brenner Moraes
(Professora –CaVG-IFSUL)

Prof^a. Dr^a. Rita Helena Moreira Seixas
(Professora –CaVG-IFSUL)

Pelotas - RS
Agosto/2018

Dedicatória

*A ti meu filho, João Dorni, que me apresentou a beleza e ao encantamento da
Educação Infantil!*

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me oportunizado o direito à vida e todas as conquistas que até aqui realizei.

Meus pais, Alfredinho Vieira da Rosa e Zilda Maria Brizolara da Silva, meus amores, amigos, incentivadores e idealizadores de todos os meus sonhos. Sempre me apoiando em todas as minhas escolhas, lutando e vivendo todos os momentos ao meu lado!

Meu marido, João Vitor Guimarães Boeira, que fez parte desta pesquisa, por inúmeras vezes me levando até as escolas, participando da minha correria em busca de alcançar meu objetivo, ser mestre. Meu amigo, meu companheiro, meu amor, que me entende, me incentiva a continuar sempre, e nunca desistir dos meus ideais!

Ao meu filho, João Dorni, que por vezes perdeu a companhia da mãe para que essa dissertação se concretizasse. Muitas vezes dividiu meu colo com o notebook, mas que tem este trabalho dedicado a ele, por ser minha fonte inspiradora, como digo para ele todos os dias, por ser minha razão de viver, o grande amor da minha vida!

Ao meu orientador, professor Vitor Hugo Borba Manzke, por todos os ensinamentos e orientações dedicadas a mim. Agradeço imensamente por não ter desistido nunc de me orientar, lembro das primeiras orientações, onde estava perdida no problema de pesquisa e ele com toda serenidade e calma me conduziu até que eu encontrasse meu caminho e chegasse a está dissertação!

A minha irmã Veridiana, aos sobrinhos Juliana, Naiara, Cleber, Tanira, Francis, Eduardo, por sempre me proporcionar momentos de sorrisos, diversão e alegria, descontraindo com muitas junções e brincadeiras!

Aos colegas da turma de mestrado de 2016, minha turma, colegas queridos que sempre auxiliaram com as discussões e os debates sobre os temas em sala de aula que foram importantes para meu crescimento profissional. Em especial agradeço aos colegas Leonardo, Alini, Mateus, Rafael e Tatiane pelos momentos agradáveis, de descontração de muitos sorrisos, muitas fotos, muitos vídeos, uma amizade que vai além do mestrado!

As amigas que conquistei no termino deste caminho, mas que me apoiaram e me incentivaram a não desistir e seguir em frente, obrigada Denise Brasil, Alessandra e Franciele, vocês fizeram a diferença, afinal o que Deus uniu ninguém separa!

Aos professores sujeitos desta pesquisa, que se disponibilizaram a responder os questionários, dedicando um pouco do seu tempo e compartilhando comigo suas metodologias e seus pensamentos acerca do tema!

A banca, que dedicou seu tempo a leitura do meu trabalho, com muito carinho, contribuindo muito para minha formação!

Ao meu tio José Dorni (in memorian), que mesmo de longe me deu força e iluminação, sempre presente em minhas orações!

A todos que de alguma forma participaram e contribuíram para a construção dessa dissertação, agradeço de todo o coração, muito obrigada!

*Ambiente limpo não é o que mais se limpa e sim o
que menos se suja.*

Chico Xavier

RESUMO

A Educação Ambiental tem se constituído uma das áreas mais importantes para a formação cidadã. Os debates são ampliados no sentido de que ela deve ser considerada tema transversal a ser inserido na educação do aluno já na Educação Infantil. O documento norteador da EI, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI traz eixos para as práticas pedagógicas dos professores, incluindo a temática que envolve a Educação Ambiental. Esta dissertação buscou identificar de que forma nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, são discutidos aspectos que envolvam a Educação Ambiental, em escolas da rede Municipal de Ensino da cidade de Pelotas/RS. Para obtenção dos dados foi realizado a aplicação de um questionário com perguntas abertas a 19 professores, de quatro escolas de Educação Infantil, existentes no Bairro São Gonçalo. Os dados obtidos foram ponderados, e as metodologias identificadas utilizadas para categorizar os professores como: Tradicionais, Inovadores e em Transição. Grande parte das metodologias foram enquadradas nas categorias Inovadoras e em Transição, caracterizaram-se por permitirem a participação ativa do aluno nas atividades desenvolvidas. A pesquisa apontou que a Educação Infantil parece ser o momento adequado para apresentar à criança a temática ambiental, pois nesta fase a criança não apresenta pré-conceitos estabelecidos, identificando-se o momento como propício ao desenvolvimento de sua consciência ambiental. A hipótese era de que os professores desenvolvem metodologias de ensino para discutir a Educação Ambiental na Educação Infantil, o que foi confirmado pela pesquisa. As respostas encontradas, foram analisadas qualitativamente, não desprezando dados quantitativos, como o tempo de formação dos professores e a idade, e os temas mais abordados em Educação Ambiental. Durante a análise dos dados, percebeu-se que os professores se utilizam de várias metodologias para a promoção da Educação Ambiental. O produto resultante é uma cartilha que foi intitulada: “Compartilhando a Educação Ambiental: exemplos para o professor trabalhar a EA na Educação Infantil”, que será disponibilizada através de um website.

Palavras-chave: Educação Ambiental, transversalidade, educação infantil, metodologias de ensino, estratégias didáticas.

ABSTRACT

Environmental Education has become one of the most important areas for citizen shaping. Debates are amplified in the context that this should be considered a transversal theme to be inserted early in Child Education (CE) of students. The guiding document of the CE, “National Curriculum Guidelines for Child Education (NCGCE)”, sets out guidelines for teachers pedagogical practices, including the theme of Environmental Education. This dissertation identified how the aspects of Environmental Education are discussed in the pedagogical practices of Child Education in schools of the Municipal Education Network of Pelotas (RS) city. To obtain the data, a questionnaire was applied with open questions to 19 teachers, from four children's education schools in the São Gonçalo district. The data obtained were pondered, and the methodologies identified were used to categorize teachers as: Traditional, Innovative and In Transition. Most of the methodologies were framed in the Innovative and Transition categories, characterized by allowing the active participation of the student in the developed activities. The research demonstrated that Child Education seems to be the appropriate time to present the child with the environmental theme, since at this stage the child does not present established pre-concepts, identifying this moment as propitious to the development of their environmental awareness. The hypothesis was that teachers develop teaching methodologies to discuss Environmental Education in Child Education, which was confirmed by this research. The answers were qualitatively analyzed, not despising quantitative data, such as the time of teacher training and age, and the themes most discussed in Environmental Education. During the analysis of the data, it was observed that the teachers use several methodologies for the promotion of Environmental Education. The resulting product is a brochure that has been titled: “Sharing Environmental Education: examples for the teacher to work EA in Child Education”, which will be available through a website.

Keywords: Environmental Education, transversality, child education, teaching methodologies, didactic strategies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –Idade dos professores.	38
Gráfico 2 –Formação dos Professores.....	39
Gráfico 3 –Tempo de serviço dos professores.....	39
Gráfico 4 - Temas Trabalhados em Educação Ambiental.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –Mapa da Região Administrativa São Gonçalo.....	23
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CGEA** – Coordenação Geral de Educação Ambiental
- Coea** – Coordenação Geral de Educação Ambiental
- Conama** – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- DCNEI** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
- DEA** – Diretoria de Educação Ambiental
- EA** – Educação Ambiental
- EI** – Educação Infantil
- EMEI** – Escola Municipal de Educação Infantil
- GE** – Gestores
- IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação
- MMA** – Ministério de Meio Ambiente
- ODS** – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
- ONU** – Organizações das Nações Unidas
- P** – Professores
- PCNs** – Parâmetros Curriculares Nacionais
- PNEA** – Política Nacional de Educação Ambiental
- PNMA** – Política Nacional de Meio Ambiente
- ProNEA** – Programa Nacional de Educação Ambiental
- RCNEI** – Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil
- RS** – Rio Grande do Sul
- SEMA** – Secretaria Especial de Meio Ambiente
- Sisnama** – Sistema Nacional de Meio Ambiente
- UFPEl** – Universidade Federal de Pelotas
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1.2 Problema de Pesquisa.....	17
1.3 Objetivo.....	17
1.4 Organização do Trabalho.....	18
METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	19
2.1 Estrutura do Ambiente de Pesquisa.....	22
2.2 As Escolas.....	24
FUNDAMENTAÇÃO Teórica.....	26
3.1 A Transversalidade na Educação Ambiental.....	33
3.2 Metodologias Identificadas na Ação Docente dos Professores Participantes da Pesquisa.....	35
ANÁLISE E DISCUSSÕES.....	38
4.1 O Perfil dos Professores Sujeitos da Pesquisa.....	38
4.2 O Entendimento dos Professores sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.....	40
4.3 Metodologias Utilizadas pelos Professores para a Inserção da Educação Ambiental na Educação Infantil.....	43
4.4 A Inserção da Educação Ambiental na Educação Infantil.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE 1.....	59
APÊNDICE 2.....	62
APÊNDICE 3.....	65
APÊNDICE 4.....	67
ANEXO A.....	82

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Todo trabalho de pesquisa carrega consigo uma forte relação com a vida pessoal de seu realizador, no meu caso foi durante minha trajetória acadêmica que surgiu o questionamento sobre a Educação Ambiental no ambiente escolar, sobre como trabalhar as questões ambientais no conjunto das práticas pedagógicas previstas para este nível de ensino.

Sou formada em Ciências Biológicas – Licenciatura, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com colação de grau no ano de 2013. Durante minha graduação sempre tive a curiosidade em saber como trabalhar questões ambientais na minha futura prática pedagógica no contexto da educação formal, pois no meu tempo de escola este assunto não era trabalhado. Tendo em vista o momento em que vivemos, onde as questões ambientais são consideradas de grande relevância em nosso cotidiano, busquei junto aos professores questionar como deveria ser a Educação Ambiental no ambiente escolar e em que momento deveria ser inserida na vida do aluno.

Para minha frustração, não encontrei essa resposta durante minha graduação. Cursei uma disciplina optativa, na busca de respostas à minha inquietação, mas não obtive êxito. Formei-me professora de Biologia, sem ter o contato com a Educação Ambiental voltada ao ambiente escolar.

Em maio de 2014 tive a alegria de ter meu primeiro filho, foi nesse momento em que passei a me preocupar mais especificamente com a educação infantil, até então, não conhecia o mundo infantil. Menos ainda como era realizado um trabalho pedagógico com essa faixa etária. Desconhecia completamente as ações inerentes ao processo ensino-aprendizagem deste nível de ensino, tampouco as metodologias adotadas numa sala de aula dedicada a educação infantil.

Após seis meses do nascimento de meu filho, visitei escolas de Educação Infantil no Município de Pelotas para conhecer o trabalho pedagógico proposto e realizado. O objetivo era eleger com mais tranquilidade em qual delas matricularia meu filho. Ao realizar as visitas, tive o privilégio do olhar de mãe e o olhar de

professora, foi então que voltei aos meus questionamentos anteriores, de como as questões ambientais eram tratadas no ambiente escolar e, em especial, na Educação Infantil?

Ao término das visitas, nas escolas de educação infantil, percebi que algumas tinham espaços onde as crianças poderiam ter contato com a natureza, e eram desenvolvidos trabalhos que as instigavam sobre questões ambientais, realizando por exemplo, trabalho de reciclagem enquanto em outras escolas, as crianças apenas brincavam sem uma estratégia didática a meu ver que fosse clara e definida quanto ao desenvolvimento da consciência ambiental.

A preocupação com a Educação Ambiental se faz cada vez mais presente e tem sido colocada em diversas mídias como essencial em todos os níveis dos processos educativos, inclusive na educação infantil. Teoricamente seria mais fácil de conscientizar as crianças sobre as questões ambientais do que os adultos que já carregam consigo conceitos e pré-conceitos sobre estes aspectos.

Vivemos em constante processo de globalização, onde o crescimento das cidades deixa de lado a riqueza verde da vegetação dando lugar ao concreto, e minimizando à criança o direito da experiência de ter contato com os elementos da natureza. Nesse pensamento, a cada dia que passa a criança perde um pouco de espaço para a vivência com o meio ambiente, se restringindo ao pátio de casa ou ao ambiente escolar. Diante disso, Alves (2003) diz que:

“há crianças que nunca viram uma galinha de verdade, nunca sentiram o cheiro de um pinheiro, nunca ouviram o canto do pintassilgo e não tem prazer em brincar com a terra. Pensam que a terra é sujeira. Não sabem que terra é vida”. (ALVES, 2003).

Frequentemente a mídia televisiva mostra que grande parte das crianças em idade pré-escolar estão em escolas de educação infantil. Este fato me faz pensar que o professor de educação infantil tem um papel fundamental na inserção da Educação Ambiental na formação inicial da criança.

Percebo que a criança deve passar a entender e compreender, desde cedo, a cuidar e preservar o meio ambiente onde vive, respeitando as relações entre o ser humano e a natureza. Neste sentido, a Educação Infantil parece ser o momento ideal para ocorrer a inserção da Educação Ambiental na vida da criança. Conforme Guimarães (2006), a Educação Ambiental deve ser um processo contínuo e permanente, iniciando em nível pré-escolar e estendendo-se por todas as etapas da educação formal ou informal. É neste primeiro contato com a trajetória escolar que

entendo, a partir da revisão bibliográfica, ser o local onde os alunos devem aprender a compartilhar de forma prazerosa as experiências vividas em relação as questões ambientais.

Segundo Verissimo (2011) as crianças com idade pré-escolar, são curiosas e fazem perguntas o tempo todo, e neste momento elas estão formando atitudes básicas que, provavelmente terão reflexos no decorrer de suas vidas. Neste sentido, entendo que a Educação Ambiental no âmbito escolar pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes, capazes de atuarem e decidirem sobre a realidade socioambiental.

De acordo com a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), no artigo 9º, a Educação Ambiental no ensino formal, engloba instituições de ensino público e privado, dentre elas constam as Instituições de Educação Infantil, devendo ser desenvolvida em seus currículos no âmbito escolar.

Por sua vez as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), criada em 2010, afirmam que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações, a brincadeira e garantir experiências que “Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais” (BRASIL - DCNEI 2010, p.26).

No entanto, entendo para que a introdução da Educação Ambiental tenha êxito na Educação Infantil seria preciso que não só o professor, mas o contexto escolar, a proposta pedagógica esteja a serviço dos alunos. Sejam um instrumento com metodologias que instiguem e desperte a curiosidade da criança para que ela se envolva e desenvolva uma consciência socioambiental.

De acordo com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL – PCNEI 2006), a Educação Infantil passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 06 anos de idade. Agora é dividida em Berçário com crianças de zero a 2 anos; em Maternal 1 com crianças de 2 anos; em Maternal 2 com crianças de 3 anos; em Pré 1 com crianças de 4 anos e Pré 2, com crianças de 5 anos de idade (RESOLUÇÃO Nº 002/2009-BRASIL/ 2009).

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Enxergando na Educação Infantil o espaço apropriado para que a criança tenha seu primeiro contato com a Educação Ambiental, busquei responder com este projeto, a seguinte questão de pesquisa: De que forma é discutida e praticada a Educação Ambiental nas práticas pedagógicas da sala de aula da Educação Infantil em 4 escolas pertencentes a Rede Municipal de Ensino do município de Pelotas?

1.3 OBJETIVOS

Construí este trabalho com o objetivo de conhecer e descrever as metodologias desenvolvidas por professores atuantes em salas de aula da Educação Infantil, na Rede Municipal de Educação do município de Pelotas/RS, tendo como tema central a Educação Ambiental.

Para que fosse possível alcançar este objetivo, elenquei os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o conhecimento dos professores acerca dos eixos norteadores da Educação Ambiental encontrados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI);
- Investigar o que os professores pensam sobre a inserção da Educação Ambiental na Educação Infantil.
- Identificar e caracterizar as atividades desenvolvidas e as metodologias utilizadas por estes professores para o desenvolvimento de ações relativas a Educação Ambiental como tema transversal;
- Analisar as metodologias encontradas e estratégias didáticas utilizadas para o desenvolvimento da Educação Ambiental.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos:

O capítulo 1 trata da motivação que levou a proposta do projeto de pesquisa. Abordo minha trajetória acadêmica e as motivações acerca do tema escolhido. Do mesmo modo, explico o problema e objetivos e pesquisa. Ao final, exponho brevemente, os capítulos subsequentes.

No capítulo 2, trago minha Proposta Metodológica, descrevendo os passos que segui para a realização da pesquisa, a qual se constituiu por um estudo qualitativo, caracterizando-se pela utilização de metodologias que possibilitam maior profundidade na coleta dos dados, sem desprezar o uso de dados quantitativos. A coleta de dados ocorreu por intermédio de questionários respondidos por professores atuantes em turmas da Educação Infantil de quatro escolas situadas no Bairro São Gonçalo, nas Vilas Navegantes, Porto, Cruzeiro e Fátima em Pelotas. Os dados foram analisados e organizados de acordo com as categorias criadas por Manzke (2000).

O capítulo 3, apresenta a fundamentação teórica, dividida em três subitens, quais sejam: No primeiro faço considerações iniciais referentes ao tema do trabalho, e um breve histórico da Educação Ambiental no Brasil. No segundo falo sobre a transversalidade da Educação Ambiental, de acordo com os autores. E no terceiro faço referência a alguns tipos de metodologias que são utilizadas na educação infantil.

Finalmente, no capítulo quatro trato da proposta de trabalho pretendida como produto final deste estudo. Proponho-me a produzir um guia prático, voltado para os professores, com sugestões e exemplos de metodologias utilizadas nas escolas investigadas, para a inserção da Educação Ambiental como tema transversal na Educação Infantil.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Pesquisa é um processo interminável, processual, levando-se em consideração que sempre existirá algo mais por descobrir. De acordo com Duarte (2009), o importante na pesquisa é que seus resultados sejam divulgados para que ocorra sempre o progresso da ciência e a geração de novos conhecimentos, mas toda a pesquisa não ocorre sem existir um método.

Para Gil (2011, p. 26) o método científico é “[...] o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento.” Ter um método de pesquisa claro se faz necessário para que o pesquisador tenha limitações e parâmetros em sua pesquisa, portanto, de acordo com Duarte (2009, p. 174):

O método constitui-se de um conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade. Ele engloba as concepções teóricas de abordagem, dispõe de um conjunto de instrumentos que visa a clareza, coerência e encaminham os conteúdos teóricos para a prática.

A construção de uma pesquisa científica demanda a definição teórica e metodológica, aliando-se aos princípios que farão parte do estudo, de maneira que os métodos de investigação estejam de acordo com a fundamentação teórica do trabalho (PINHEIRO, 2008).

A escolha da metodologia adotada no trabalho exige do pesquisador clareza na definição dos procedimentos que irão ser realizados durante a pesquisa. De acordo com Gómez (2013 p. 100):

Requer-se, por tanto, um modelo metodológico de investigação que observe as peculiaridades dos fenômenos que são objetos de estudo. A natureza dos problemas estudados deve determinar as características das proporções, dos processos, das técnicas e instrumentos metodológicos utilizados e não o contrário.

Neste sentido esta pesquisa foi desenvolvida utilizando como metodologia uma proposta qualitativa, a qual de acordo com Triviños (2013), caracteriza-se pela utilização de metodologias que permitem um maior detalhamento na coleta dos dados, sem, no entanto, desprezar o uso de dados quantitativos, uma vez que dados quantitativos e qualitativos não se opõem, ao contrário, se complementam.

Para nortear essa pesquisa, trago o autor Triviños (2013) e a autora Minayo (2011). Triviños (2013, p. 128) propõe procedimentos para a realização de uma pesquisa qualitativa, a qual de acordo com ele é:

[...] predominantemente descritiva. Os dados coletados são mais uma forma de palavra de figuras do que números. Estes dados incluem entrevistas transcritas, notas de campo, fotografias, produções pessoais, depoimentos ou outra forma de documento.

A autora Minayo (2011, p. 10) define o método qualitativo “como aquele capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação”. Pensando desta forma a pesquisa qualitativa se preocupa com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde ao fenômeno, o qual não pode ser quantificado.

Ainda de acordo com Minayo (2011, p. 22) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares”, pois a pesquisa qualitativa se preocupa com a realidade na qual o estudo está inserido. Já a pesquisa quantitativa pode ser representada por números, gráficos ou medidas, os dados não são quantificados e sim levado em consideração toda a descrição obtida na coleta de dados (FERREIRA, 2015).

Para Triviños (2011) o pesquisador qualitativo, o qual considera a participação do pesquisado como um dos elementos de seu fazer científico apoia-se em técnicas e métodos que tem as características de salientar a importância do sujeito que fornece a informação, estas técnicas são conhecidas como entrevista semi-estruturada, aberta ou livre, questionário aberto, observação livre ou participante, método clínico de análise de conteúdo. Assim é necessário que o pesquisador adote algumas técnicas e métodos específicos para a realização da pesquisa qualitativa, com uma base metodológica bem definida. Pensando desta maneira, o método escolhido para coleta de dados desta pesquisa foi o questionário aberto, descrito na sequência do texto.

De acordo com Gil (2011, p. 128), o uso de questionário na pesquisa, pode ser definido:

Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, p. 128, 2011)

O uso de questionário como instrumento de coleta de dados se constitui pela elaboração de uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito pelo sujeito da pesquisa, com ou sem a presença do pesquisador (PEREIRA, 2014). A

escolha deste instrumento para este estudo justifica-se por possibilitar atingir um número maior de participantes.

Para que fosse possível a coleta de dados nas escolas foi necessário pedir autorização da SMED (Anexo A). O instrumento foi analisado e concedida a permissão para serem entregues aos gestores e professores das escolas envolvidas no projeto.

Na sequência os questionários foram entregues à coordenação pedagógica das escolas que repassaram aos gestores (Apêndice II) e aos professores (Apêndice I), que tiveram 15 dias úteis para devolverem à mesma coordenação.

Os professores participantes da pesquisa assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice III), sendo informados sobre os propósitos da pesquisa e consentindo sobre a análise dos dados e sobre a publicação dos mesmos.

Após o retorno dos questionários dei início a análise desses dados. Inicialmente realizei uma análise quantitativa a título de informações a respeito de idade, de formação e de tempo de formação dos professores. A análise qualitativa dos questionários ocorreu adotando-se a metodologia de análise de conteúdo, em acordo com Bardin (2011) “as categorias podem ser criadas a priori ou a posteriori, isto é, a partir apenas da teoria ou após a coleta de dados”. De acordo com Minayo (2011, p. 88) “esta técnica de pesquisa se volta para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.”

As estratégias metodológicas utilizadas pelos professores na apresentação da Educação Ambiental na Educação Infantil foram categorizadas e adaptadas de acordo com Manzke (1999), o qual categorizou os dados obtidos em sua pesquisa com professores, em tradicionais, inovadores e em transição, levando em consideração o nível das estratégias metodológicas.

Como tradicionais classificou aqueles professores que se utilizam de práticas pedagógicas as quais eles dominam e o aluno apenas reproduz:

são aqueles que apresentam, em sua prática pedagógica, uma preocupação excessiva pela sobrecarga de informações veiculadas aos alunos, tomando o ensino burocrático e destituído de significação. Neste modelo pedagógico, o professor tem o status de autoridade máxima, organizando os conteúdos e as estratégias de ensino. É o guia exclusivo do processo educativo e sua função é vigiar, aconselhar, “corrigir” e “ensinar” a matéria ao aluno. (MANZKE, p. 24 e 25, 1999)

Para Manzke (1999, p.25) o professor classificado na categoria de Inovadores: apresentam em sua prática pedagógica diferença da dos tradicionais, “é aquele que não tem receio em disponibilizar suas atividades, seus recursos materiais e métodos didáticos (alternativos ou não) ao debate aberto e às críticas.” Este professor se utiliza de vários recursos para que ocorra o aprendizado, interagindo sempre com o aluno.

Já o professor em Transição “ora se aproxima do modelo tradicional, ora do inovador”. Ao mesmo tempo que inovam com práticas diferenciadas que incluem o aluno, utilizam-se de métodos tradicionais.

As metodologias encontradas neste estudo foram adaptas as categorias acima citadas, tradicionais, inovadoras e em transição, de acordo com descrição dos professores, obtidas através das respostas nos questionários.

2.1 ESTRUTURA DO AMBIENTE DE PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram os dezenove (19) professores atuantes nas dezenove (19) turmas de Educação Infantil, distribuídas em quatro (4) escolas municipais da cidade de Pelotas. As escolas que participaram do projeto foram identificadas estrategicamente como: Escola 1 (E1); Escola 2 (E2); Escola 3 (E3) e Escola 4 (E4), para preservar a identificação das mesmas. Na E1 participaram os 5 professores, sendo que cada um destes é professor titular de umas das 5 turmas existentes. Na E2 5 professores 5 turmas; E3 – 4 professores e 4 turmas, e a E4 – 5 professores e 5 turmas. Os professores participantes foram chamados pelo codinome P seguido de um número, como, P1, P2, P3, e assim por diante, e os gestores chamados por G, preservando assim suas identidades.

Todas as escolas estão situadas na área de abrangência do Bairro São Gonçalo, sendo uma escola em cada uma das quatro Vilas formadoras do Bairro: Navegantes, Fátima, Porto e Cruzeiro. Esta área foi escolhida considerando-se dois fatos: o primeiro aspecto observado foi o fator ambiental. O espaço geográfico ocupado pelas escolas é contíguo ao Arroio Pelotas, ao Canal do Pepino e ao Canal São Gonçalo, importantes mananciais hídricos do município e do ecossistema regional, como demonstra a figura a baixo (figura 01). E o segundo o fator socioeconômico familiar das crianças que frequentam estas escolas.

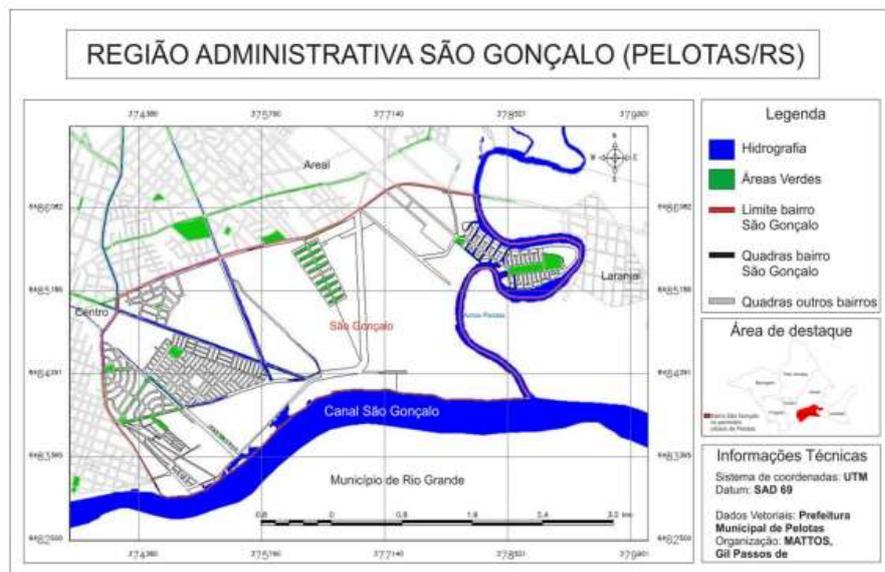


Figura 1: Mapa da Região Administrativa São Gonçalo.
Fonte: MATTOS, Gil Data: novembro de 2011.

O Bairro São Gonçalo foi criado recentemente, através da Lei Nº 5.490, de 24 de julho de 2008, dispendo as delimitações do novo Bairro em seu inciso VI do artigo 3:

VI - São Gonçalo (SG):

Inicia-se esta descrição em um ponto formado pelo entroncamento das Avenidas Juscelino Kubitschek de Oliveira e Ferreira Vianna, seguindo por esta, na direção nordeste, até a Ponte sobre o Arroio Pelotas, infletindo então na direção sul e seguindo pela margem do Arroio Pelotas, águas abaixo, até encontrar o Canal São Gonçalo, seguindo pela margem deste, na direção oeste, até encontrar o prolongamento da Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, infletindo então na direção noroeste por esta avenida até o entroncamento com a Avenida Ferreira Vianna, ponto inicial da descrição. (PELOTAS, 2008)

De acordo com Novack (2015), a existência no Bairro justifica-se por:

...o plano diretor tinha como uma das diretrizes do planejamento a valorização do Canal São Gonçalo, por ser uma área de potencial paisagístico e de lazer que, no entanto, está escondido. O nome do novo bairro, além de proporcionar uma nova identidade, também ressalta o próprio Canal. (NOVACK, p. 156, 2015)

2.2 AS ESCOLAS

As 4 escolas de Educação Infantil inseridas neste Bairro recebem alunos, em sua maioria de nível socioeconômico baixo, e o entorno das escolas é considerado bastante populoso.

A primeira Escola E1 localiza-se nas imediações do Porto da Cidade, com um total de 51 alunos nas turmas da Pré Escola. A segunda Escola E2, está localizada na Vila Fátima, tem 112 alunos, e destes 57 estão na Pré-Escola. A Escola E3 recebe cerca de 91 alunos, está localizada na Vila Cruzeiro, sendo que 68 alunos estão na Pré-escola; a última escola, a E4 está na Vila Navegantes, com 135 alunos, sendo 75 da Pré-Escola. No ano de 2016 Todas estas escolas passaram por um período de reforma na estrutura interna e externa, possibilitando o aumento no número de alunos.

Caracterizadas por atender ao público em tempo integral, das 07:30h às 17:30h, a composição da equipe diretiva de escola é composta por um diretor, um coordenador pedagógico e um orientador educacional, além dos professores, auxiliares de Educação Infantil e demais funcionários, permitindo pleno andamento das atividades educativas.

A infra- estrutura de todas as EMElS envolvidas é constituída por salas de aulas, sala multimídia, refeitório, pátio interno e pátio externo com brinquedos. Nenhuma escola possui biblioteca, mas sim espaços improvisados com estantes para os livros. Como recurso de apoio possuem televisores, aparelhos para reprodução de DVD, caixa de som, data show e computador para uso dos professores.

As escolas possuem em seus regimentos e em suas propostas pedagógicas a presença de atividades que envolvem a questões referentes a Educação Ambiental. E todas com o envolvimento da família e da comunidade participando de forma ativa nas Escolas, como aponta as gestoras questionadas:

“A relação escola/família/ comunidade é muito boa, existe participação constante de ambos na construção do conhecimento dos nossos alunos.” (G2)

“Nossa relação com a comunidade escolar é relativamente tranquila. Os pais são bem participativos em festas e eventos da escola.” (G3)

De acordo com Bozza (2016), o processo de construção da educação não se restringe apenas aos alunos, professores e profissionais de educação, mas é

fundamental a presença ativa dos pais e responsáveis e da comunidade que está ao redor. A relação da família e da comunidade no ambiente escolar permite uma ligação entre a casa, o ambiente que está em volta e a escola, aproximando as propostas metodológicas da realidade cotidiana dos alunos.

A divisão das etapas da Educação Infantil está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a qual divide de acordo com a idade das crianças, em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos). A divisão nas escolas Municipais de Pelotas da pré-escola acontece de acordo com a idade da criança, que divide em Pré 1 as crianças de 4 anos completos até 31 de março no ano da matrícula e em Pré 2, as crianças com 5 anos de idade. A escolha de turmas da Pré-escola para o desenvolvimento desta pesquisa se justifica por ser o último contato com propostas metodológicas específicas para a educação infantil, com o início breve na educação básica

CAPÍTULO 3 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil teve início no ano de 1973, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada à Presidência da República, mas de acordo com Machado (2013) o surgimento da EA aconteceu nos anos 70 quando acontece a união entre as emergências ambientalistas com as lutas pelas liberdades democráticas,

Diz ainda, que esta união era representada e manifestada por ações isoladas de professores, estudantes e escolas, por meio de pequenas ações de organizações da sociedade civil, de prefeituras municipais e governos estaduais, com atividades educacionais voltadas a ações para recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. Também foi durante este período que surgiram os primeiros cursos de especialização em Educação Ambiental (MACHADO, 2013).

A Educação Ambiental pode ser definida de várias maneiras, de acordo com Serodio (2012), durante a Conferência de Belgrado, promovido pela UNESCO em 1975, o termo Educação Ambiental foi conceituado como um processo que objetiva:

[...] formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam [...] (SERODIO, 2012 p.1).

Em 1981, foi criado no Brasil a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inserção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, com o objetivo de capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente (MACHADO, 2013). A PNMA foi criada seis anos após a Conferência de Belgrado, na qual foi escrita uma carta declarando que a meta da Educação Ambiental é:

"Desenvolver um cidadão consciente do ambiente total; preocupado com os problemas associados a esse ambiente, e que tenha o conhecimento, as atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar de forma individual às questões daí emergentes". (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013).

A Política Nacional de Meio Ambiente define os mecanismos e instrumentos de proteção ao meio ambiente em nosso País, tendo como finalidade a preservação,

melhoria e recuperação da qualidade ambiental. Para a garantia dessa finalidade a lei considera o meio ambiente como um patrimônio a ser protegido para o uso coletivo. Ela também aponta o princípio de racionalização do uso do solo, o planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais, a proteção dos ecossistemas e o controle e zoneamento das atividades poluidoras (BRASIL, 1981). A lei define no seu texto, no artigo terceiro, o conceito de meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

Com o propósito de reforçar as questões presentes na PNMA, em 1988 a Constituição Federal estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (MACHADO, 2013).

Durante o ano de 1991 ocorreram os preparativos para a Rio 92, onde a Comissão Interministerial passou a considerar a Educação Ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira. De acordo com Machado (2013), em 1991 foram criadas duas instâncias no Poder Executivo, com o objetivo de lidar exclusivamente com os aspectos da Educação Ambiental: o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC, o qual 1993 se transformou na Coordenação-Geral de Educação Ambiental (Coea/MEC), e a Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no qual as competências institucionais foram definidas para representar um marco para a institucionalização da política de Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA).

Em 1992, foi criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA), e o Ibama formou os Núcleos de Educação Ambiental em todas as suas superintendências estaduais, com o objetivo de operacionalizar as ações educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual (MACHADO, 2013).

Ainda no ano de 1992, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, também chamada como Rio-92, a qual ficou conhecida como a mais importante conferência da história sobre meio ambiente, pois durante seu acontecimento foi realizado “um balanço tanto dos problemas existentes quanto dos progressos realizados, e elaborou documentos importantes que continuam sendo referência para as discussões ambientais”

(FRANCISCO, 2015). De acordo com Milhorange (2012), estavam presentes cerca de 180 chefes de estado e de governo, e nove mil jornalistas de todo o mundo se credenciaram para acompanhar as discussões sobre desenvolvimento sustentável.

Durante a Rio-92, foram aprovadas duas convenções importantes, um referente a biodiversidade e a outra as mudanças climáticas. O principal resultado obtido durante a Conferência foi a assinatura da Agenda 21, a qual é composta por um plano de ações com metas para a melhoria das condições ambientais do planeta. Consistiu em um acordo estabelecido entre 179 países para a elaboração de estratégias que tenham o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável (MILHORANCE, 2012).

No documento, o qual consta a Agenda 21, foram estabelecidas as importâncias que cada país se comprometeu em refletir, global e localmente, tendo como participação para cooperação no estudo de soluções para os problemas ambientais, governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade (RANGEL, 2015).

A Agenda 21 Nacional brasileira, contém ações prioritárias, como programas sociais, permitindo a toda população acesso à educação, saúde e distribuição de renda. A sustentabilidade urbana e rural também conta como ação prioritária, com o objetivo de preservar os recursos naturais e minerais. De acordo com Rangel (2015): “o mais importante ponto dessas ações prioritárias é o planejamento de sistemas de produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício” (RANGEL, 2015).

Também durante a Rio-92, foi criada a Carta Brasileira para Educação Ambiental, com participação do MEC, a qual reconhece que a Educação Ambiental é um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta e, também de melhoria da qualidade de vida humana. Machado (2013) afirma ainda que a esta carta admite:

A lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino, consolidavam um modelo educacional que não respondia às reais necessidades do país. (MACHADO 2013, s/p.)

No mês de dezembro de 1994, foi criado pelo Presidente da República o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), o qual foi planejado devido a Constituição Federal de 1988 e aos compromissos internacionais assumidos durante

a Rio 92. O ProNEA era compartilhado pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e pelo Ministério da Educação e do Desporto, com as parcerias do Ministério da Cultura e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Conforme afirma Machado (2013) o ProNEA foi executado pela Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do MMA/Ibama, o quais são responsáveis pelas ações destinadas ao sistema de ensino e à gestão ambiental, respectivamente.

No ano de 1995, foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Os princípios norteadores do Conama para o trabalho eram a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural e a interdisciplinaridade (MACHADO, 2013).

Em 1996, foi criado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, um grupo de Trabalho de Educação Ambiental, conforme Machado (2013), este grupo foi firmado em um protocolo de intenções com o MEC, com o objetivo de focar na cooperação técnica e institucional em Educação Ambiental, tornando-se um meio formal para o desenvolvimento de ações conjuntas.

Foi durante o ano de 1997, que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram criados e aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. De acordo com Machado (2013):

Os PCNs se constituem em um subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo, com possibilidade de as escolas e/ou comunidades elegerem outros de importância relevante para sua realidade. (MACHADO, 2013, s/p).

Neste período as instituições de ensino brasileiras passaram a absorver a prática da Educação Ambiental em parceria com órgãos governamentais e não-governamentais, trabalhando as questões ambientais através de projetos pontuais e temáticos. Conforme aponta Nunes (2014), a partir da introdução dos temas transversais contidos nos PCNs, foi possível fazer uma aproximação dos conhecimentos escolares com a realidade.

No ano de 1999, foi aprovada a Lei nº 9.795, a qual trata sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a lei foi embasada no artigo 225, inciso VI da Constituição Federal de 1988, de acordo com ela a Educação Ambiental deve ser

trabalhada tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, mas não deve ser tratada como uma disciplina para não perder sua característica transdisciplinar. Com a criação da Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) e da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) no MMA. A lei passa a ter o reconhecimento e oficialização da importância da Educação Ambiental, como área essencial e permanente em todo processo educacional (MEDEIROS, 2011).

Em 2000, a Lei nº 9.795, foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, e passa a definir, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA criando as bases para a sua execução. De acordo com Machado (2013), este foi um passo importante e decisivo para a realização das ações em Educação Ambiental no governo federal, tendo como primeira atividade a assinatura do Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.

Durante o ano de 2004, teve início o Plano Plurianual, o (PPA 2004-2007), que ocorreu em função das novas diretrizes e sintonizado com Programa Nacional de Educação Ambiental o qual envolvia cerca de 800 educadores ambientais de 22 unidades federativas do país. De acordo com Machado (2013), foi durante esse ano que foi possível ter um maior enraizamento da Educação Ambiental no Ministério da Educação e nas redes estaduais e municipais de ensino, passando a funcionar de forma integrada às áreas de Diversidade, Educação Escolar Indígena e Educação no Campo, tornando a EA mais visível e com maior destaque para a transversalidade.

A Educação Ambiental no MEC está presente em todos os níveis de ensino formal, mantendo ações de formação continuada através do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escola, como parte de uma visão de inserir a Educação Ambiental. Desta forma a Educação Ambiental passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (MACHADO, 2013).

A Educação Ambiental é organizada de maneira ampla na educação, propondo-se a atingir a sociedade em geral, desde o ambiente escolar até a comunidade. De acordo com Anchieta (2009), a EA abrange todas as faixas etárias, e é dividida em três formas: a Educação Ambiental formal, que ocorre dentro do sistema educacional (público ou particular) e enfatiza o intelectual, ocorrendo durante toda a escolaridade; a Educação Ambiental não formal, que ocorre fora do ambiente

escolar e valoriza o afeto e a sociabilidade; e a Educação Ambiental informal, que faz parte do dia-a-dia, ocorrendo de forma espontânea e não estruturada.

Em concordância com Oliveira (2014), o desenvolvimento da criança ocorre gradativamente a medida que toma consciência do mundo em que vive, sendo que esta consciência ocorre de diferentes maneiras. O autor diz ainda que, conforme as crianças crescem, aumentam sua consciência e o contato com questões ambientais as levarão a apresentar questões sobre o assunto e fazer a junção de informações, organizando-se para explicações e por fim, arriscar responder sobre o tema. Desta maneira, a criança passará a ter possibilidades de ocorrer mudanças importantes relacionadas ao seu modo de entender e aprender significativamente conceitos da natureza e cultura (BRASIL, 1998).

Os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (RCNEI) criados pelo MEC, apesar de não trazerem o termo Educação Ambiental em seus volumes, têm como objetivos gerais, que a criança precisa “observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para a sua conservação”. (BRASIL, 1998, vol.1, p.63). O RCNEI utiliza o termo “Natureza e Sociedade”, englobando as questões ambientais com as questões sociais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, também conhecidas pela sigla DCNEI são um desafio para os professores, por reunirem princípios, fundamentos e procedimentos para a área educacional que precisam ser adaptados à realidade escolar. Para que ocorra a inserção dessas Diretrizes nas escolas é preciso conhecê-las e entendê-las, a partir deste pensamento buscou-se saber se os gestores e professores da Educação Infantil conhecem a DCNEI e se sabem da existência do eixo que norteia as atividades voltadas para a Educação Infantil.

As Diretrizes servem para que ocorra um acompanhamento do trabalho pedagógico e para a avaliação do desenvolvimento das crianças, sem que haja seleção, promoção ou classificação (BARBOSA, 2013), o que faz ser importante ter conhecimento do documento responsável por nortear o trabalho da Educação Infantil.

O trabalho da EA durante o desenvolvimento infantil precisa ter como base a realidade sociocultural, despertando a autonomia, responsabilidade e criticidade da criança, seguindo o proposto pelas Diretrizes (BRASIL, p. 25 e 26, 2010):

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira e garantir experiências que:

Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

Conforme aponta Martins (2009) a EA é muito importante na educação infantil, sendo que uma das funções da escola é formar cidadãos críticos, na idade pré-escolar a criança está formando os seus valores e conceitos. Rodrigues (2007), afirma que:

A criança na idade pré-escolar encontra-se em formação inicial de seus conceitos e valores [...], identificando-se e envolvendo-se com sua realidade. Nesse sentido, torna-se essencial que a educação ambiental crítica, dialógica, já faça parte da sua realidade, para que possa criar e se expressar nessas relações ampliando sua rede de relações e sua visão de mundo [...] (2007 p.14)

A pré-escola tem importante papel na formação da consciência crítica da criança, e na consciência ambiental, concordando com Martins (2009), a EA deve ser trabalhada de maneira que possibilite o desenvolvimento cognitivo e afetivo juntos, provocando assim na criança um sentimento em relação ao meio, fazendo com que ela se sinta como parte do meio. “Devem-se considerar as experiências de cada um, a realidade das crianças, para que consigam discutir e entender as questões ambientais” (MARTINS, 2009 p.10).

3.1 A TRANSVERSALIDADE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental não deve ser considerada apenas um tema das áreas biológicas no contexto educacional, pois ela expressa uma cooperação com todas as áreas do conhecimento, podendo se tornar uma prática cotidiana, na qual os alunos incorporem os ensinamentos para mudar o modo com que convivem com seu espaço (ANCHIETA, 2009).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1999), apresentam os temas transversais afirmando que “os objetivos e conteúdo dos temas transversais devem ser incorporados às áreas já existentes e ao trabalho educativo da escola. É essa forma de organizar o trabalho didático que recebeu o nome de transversalidade”. De

acordo com Lima (2011), os temas transversais devem estar presentes em todas as áreas do conhecimento, contidas nas disciplinas escolares.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), os conteúdos propostos referenciam e orientam a estrutura curricular do sistema educacional, a EA é um tema transversal. Yus, define o que é um tema transversal:

Temas transversais são um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que, não estão ligados a nenhuma matéria particular, pode se considerar que são comuns a todas, de forma que, mais do que criar novas disciplinas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola (YUS,1998, p. 17).

A Educação Ambiental se encaixa nesta definição, pois é um tema transversal que expressa conceitos e valores fundamentais à democracia e a cidadania, e corresponde a questões importantes e emergentes para a sociedade (BOVO, 2005).

A inserção da EA no ensino formal tem encontrado alguns desafios, como Carvalho (2005, p. 59) aponta: “afinal como ocupar um lugar na estrutura escolar desde essa espécie de não lugar que é a transversalidade?”. Para ela o fato da Educação Ambiental ser considerada tema transversal ela acaba por não pertencer a nenhum dos lugares dentro da estrutura curricular, mesmo que tenha significado para estar.

Pensando nas dificuldades encontradas para praticar a EA de forma transversal, na consideração de Cuba (2010) a Educação Ambiental deveria ser oferecida em forma de disciplina específica no currículo escolar, no entanto, sem perder seu teor transversal. Já Macedo (1998), defende que para um tema transversal como a EA funcione no currículo escolar como eixo integrador, é preciso ocorrer uma articulação entre todas as áreas e os temas transversais. Para o referido autor, os temas transversais devem ser o eixo estrutural do currículo escolar.

Pereira (2007) ressalta as diversas discussões sobre a transversalidade na Educação Ambiental e enfatiza que o problema se encontra na dificuldade de os educadores trabalharem as questões ambientais de maneira transversal. A autora ainda afirma que:

“O tema Meio Ambiente é visto por alguns, como um tema sem um espaço próprio, por isso a necessidade de estar presente em todas as disciplinas, e por outros, é visto de maneira integradora, e por isso, deve fazer parte de todas disciplinas, ou seja, ter um espaço em cada uma delas” (PEREIRA, 2007, p.6).

No cotidiano pedagógico a Educação Ambiental como tema transversal expõe a relação entre os temas e os objetos de conhecimento. Desta forma a EA não deve ser tratada de forma rígida, com as disciplinas em geral (LEITE, 2001). Pois a transversalidade abre espaço para discussões e saberes trazidos pelos alunos.

Segundo Lacerda (2006), ao trabalhar a EA transversalmente existe a possibilidade de se considerar diversos níveis de realidade, de percepção e de existência simultânea de fenômenos antagônicos.

De acordo com Macedo (1999) se os temas transversais expressam as temáticas mais relevantes para a formação dos alunos, esses temas deveriam ser os princípios da estrutura curricular e os conteúdos das disciplinas deveriam passar a ser os temas transversais. Desta forma a Educação Ambiental seria tratada como disciplina curricular obrigatória nas escolas.

Na concepção de Oliveira (2007, p 108):

A transversalidade da questão ambiental é justificada pelo fato de que seus conteúdos, de caráter tanto conceituais (conceitos, fatos e princípios), como procedimentais (relacionados com os processos de produção e de resignificação dos conhecimentos), e também atitudinais (valores, normas e atitudes), formam campos com determinadas características em comum: não estão configurados como áreas ou disciplinas; podem ser abordados a partir de uma multiplicidade de áreas; estão ligados ao conhecimento adquirido por meio da experiência, com repercussão direta na vida cotidiana; envolvem fundamentalmente procedimentos e atitudes, cuja assimilação deve ser observada a longo prazo.

A transversalidade na Educação Ambiental busca um novo diálogo que seja permanente nas salas de aulas de todos os níveis de formação, onde os professores, os alunos e a comunidade possam criar um ambiente educacional no qual a Educação Ambiental seja ministrada através da transversalidade perpassando por todas as disciplinas (BERNARDES, 2010).

Ter a Educação Ambiental como parte do todo, incluída em todas práticas pedagógicas e não somente como um tema ser trabalhado a parte em comemoração a um dia ou marco específico.

3.2 METODOLOGIAS IDENTIFICADAS NA AÇÃO DOCENTE DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DA PESQUISA

Metodologia tem em sua origem etimológica a palavra “methodos”, que significa meta (objetivo, finalidade), a palavra “hodos”, significando caminho (intermediação), e a palavra “logia”, que quer dizer conhecimento, estudo. Desta forma, as metodologias são o caminho para alcançar um determinado objetivo.

Metodologias de ensino são diferentes trajetórias traçadas, planejadas e vivenciadas por professores que servem para orientar e direcionar os alunos durante o processo de aprendizagem, com finalidade de alcançar um objetivo final, objetivos esses educativos.

Para esta discussão trago a autora Dutra (2016), coordenadora de projetos de uma Escola de Educação Infantil em Brasília, responsável por discutir as metodologias adotadas na escola. No meu entendimento, estas metodologias assemelham-se as dos professores sujeitos da pesquisa.

De acordo com Dutra (2016) “metodologias de ensino são como cartilhas, um conjunto de atitudes a serem tomadas, de acordo com as crenças e pesquisas de quem desenvolveu a metodologia, para atingir o objetivo de ensinar”. As metodologias de ensino adotadas pelos professores são fundamentais no sucesso alcance dos objetivos pelo aluno.

A autora diz também que as metodologias de ensino são categorizadas de acordo com suas características.

O método de ensino tradicional, é visto como um conjunto de procedimentos padrões objetivando transmitir o conhecimento sistematicamente, como descreve Dutra (2016), sobre algumas características:

- O professor centraliza e dissemina o conhecimento,
- Avaliações padronizadas para toda turma,
- Foco na quantidade de conteúdo apresentado.

As metodologias de ensino tradicionais na educação infantil se caracterizam pela utilização de caderno de ortográfica, atividades que solicitam ao aluno escrever sobre letras pontilhadas. E até mesmo quando o professor determina em que espaço o aluno deve pintar e colar.

Uma outra metodologia de ensino a ser citada no âmbito da EI é a Montessoriana, criada pela italiana Maria Montessori e caracterizada pela criança ser o centro do aprendizado, tendo autonomia para escolher sobre o que quer aprender, e o professor se enquadra como mediador do processo de ensino. O aprendizado ocorre de forma prática e concreta. De acordo com Dutra (2016) estas metodologias têm pontos positivos e negativos a autonomia

Pontos positivos:

- A autonomia dada a criança, também a ajuda a adquirir responsabilidade e independência.

Pontos negativos:

- Como a metodologia prega que a criança deve aprender o que a interessa, as crianças que selecionam os materiais que irão utilizar. A criança que não se interessar por letras, por exemplo, irá selecionar outros materiais para trabalhar e conhecer e poderá demorar bastante para ser alfabetizada.

Entre as atividades realizadas nas turmas de EI que podem ser consideradas montessorianas, cita-se as que instigam as crianças a montar blocos e torres com peças de plástico ou madeira, e transferir líquidos de um recipiente a outro, sendo ela o sujeito de sua aprendizagem.

O terceiro método de ensino evidenciado por Dutra (2016) é o Waldorf, que segue a linha de ensino naturalista e considera que o pensamento, o sentimento e a ação da criança estão integrados com as atividades corporais. Esta metodologia foi criada por Rudolf Steiner, e enxerga o aluno como ser complexo que necessita ser desenvolvido de forma integral, favorecendo assim um equilíbrio cognitivo e desenvolvimento de habilidades artísticas.

A metodologia Waldorf se caracteriza por brincadeiras com objetos naturais e orgânicos, que envolva a criança com a natureza dramatizando as atividades do cotidiano. De acordo com Dutra (2016), esta metodologia tem alguns pontos negativos, como por exemplo:

A metodologia é bem extremista com relação à negatividade do uso de tecnologia no aprendizado. São contra brinquedos industrializados, televisão, computadores. Considerando que estamos no século XXI e temos toda esta tecnologia disponível, aprender a lidar com esta tecnologia e ponderar os momentos de usá-la são habilidades importantes a serem ensinadas à nossas crianças.

Por último, a metodologia construtivista, na qual Dutra (2016), caracteriza por “ser uma abordagem, não existem métodos específicos de se trabalhar o construtivismo. A pergunta que o educador precisa sempre fazer é: “A criança está sendo ativa, autônoma e agente na aquisição da aprendizagem?”. Nesta abordagem

o aluno aprende através de desenhos e gráficos livres, podendo contornar letras com os dedos e utilizar do seu dia-a-dia para descoberta de atividades e curiosidades.

Mas como todas metodologias possuem um lado positivo e um negativo, com a metodologia construtivista não seria diferente, Dutra (2016), descreve os pontos positivos e negativos deste método:

Pontos positivos:

-Instiga a curiosidade da criança. Já que o conhecimento não vem pronto, ela precisa descobrir o que são as coisas e como funcionam.

-Desenvolve a criatividade e pensamento crítico ao levar a criança a avaliar e buscar possibilidades e soluções para resolver problemas do dia-a-dia.

Pontos Negativos:

-Por não haver uma cartilha para o educador seguir, se ele não entender a abordagem ele pode não conseguir desenvolver as atividades dentro do que é proposto.

Metodologias de ensino são consideradas o trajeto e os obstáculos que a criança irá passar para chegar a um objetivo, e precisa ser escolhida e desenvolvida respeitando as habilidades e necessidades da criança, para que não se perca o encanto que existe na educação infantil.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE E DISCUSSÕES

4.1 O PERFIL DOS PROFESSORES SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com 19 professores que estão distribuídas nas quatro escolas de Educação Infantil. Os professores têm idades variadas entre 27 e 58 anos como pode-se observar no gráfico 1.

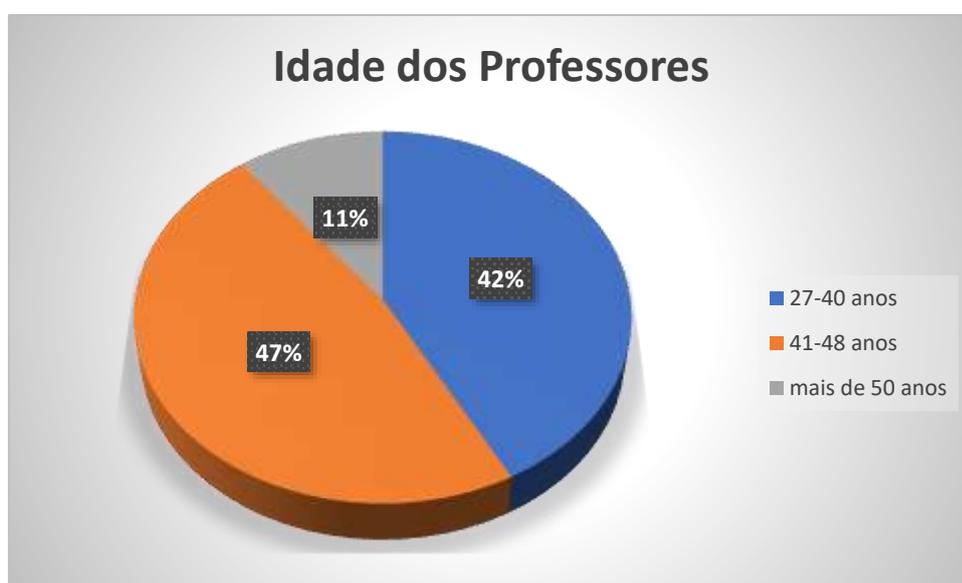


Gráfico 1 – Idade dos professores

Fonte: elaboração da autora (2017)

Todos os professores atuantes nas Escolas de Pré-escola da Educação Infantil participantes da pesquisa possuem formação em Pedagogia, totalizando 100%. Destes, 57,9% antes da Graduação cursaram Magistério. Como representado no gráfico 02, 21% dos professores buscaram formação continuada em nível de especialização e 5,2% em nível de mestrado.

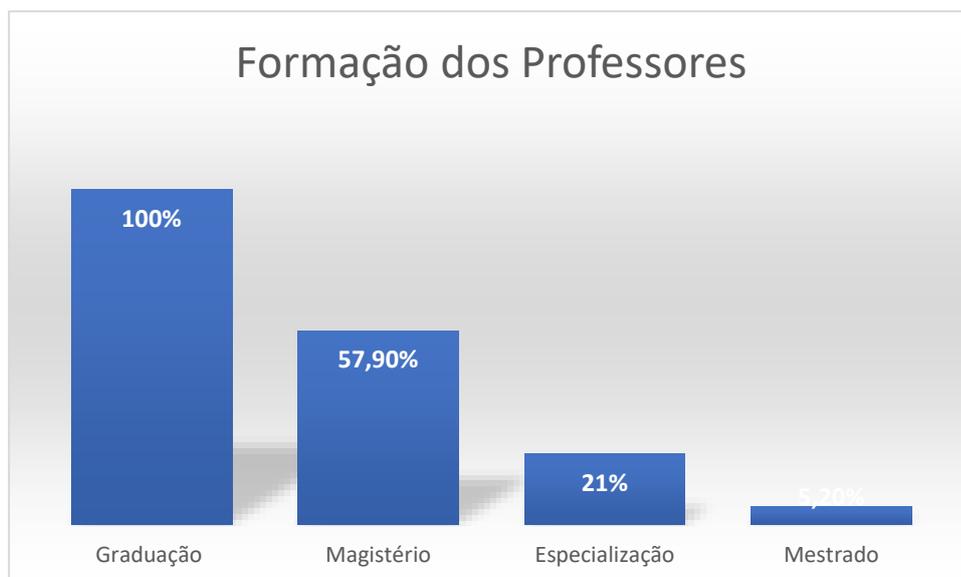


Gráfico 2 – Formação dos Professores

Fonte: Elaboração da autora (2017)

A formação exigida para atuar na Educação Infantil, no município de Pelotas é o Ensino Superior em Pedagogia, esta exigência existe desde o ano de 2014, conforme o edital 041/2014 (VIEIRA, 2017). Mas de acordo com a LDB (BRASIL, 1996) pessoas com formação em nível médio na modalidade normal (magistério) estão habilitadas a lecionar na educação infantil.

O tempo de formação dos professores que participaram desta pesquisa varia entre menos de um ano e 18 anos de serviços, representado no gráfico 03, logo a baixo:

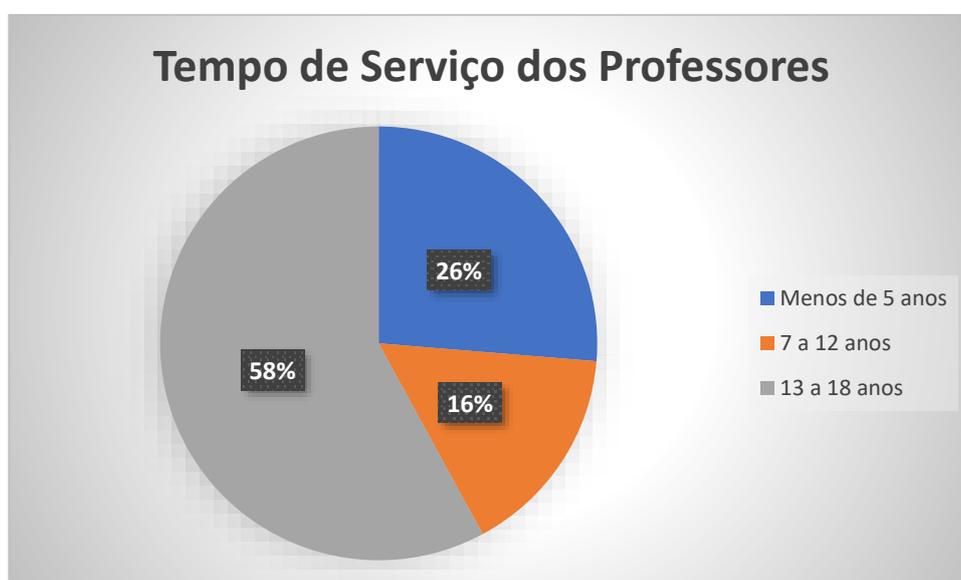


Gráfico 3: tempo de serviço dos professores

Fonte: Elaboração da autora (2018)

É possível perceber com a representação do gráfico acima que a maioria dos professores possuem mais de 10 anos de experiência na Educação Infantil. E apesar de terem um tempo significativo neste nível de ensino, ao serem questionados se buscam formação continuada para trabalhar as questões da Educação Ambiental, 73,7% dos pesquisados responderam que não, sem motivos justificados. Apenas, 26,3% buscaram alguma formação para aprimorar as metodologias em Educação Ambiental.

Todos os professores relatam que sua formação inicial, em pedagogia, não forneceu amparo para que trabalhassem na prática as questões da Educação Ambiental, aqueles que estudaram alguma coisa, foi devido a busca própria, por interesse ou curiosidade.

4.2 O ENTENDIMENTO DOS PROFESSORES SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para chegar ao entendimento que os professores da Educação Infantil têm a respeito das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil busquei o conhecimento dos gestores das escolas. Com a pesquisa pude evidenciar que os gestores das escolas participantes conhecem as Diretrizes, alguns de forma superficial, mas incentivam os professores a conhecerem e a utilizá-las em suas práticas pedagógicas. Como descreve uma gestora ao ser questionada sobre seu entendimento a respeito da DCNEI:

..., O DCNEI serve para orientar as escolas na elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares da Educação Infantil. (G1)

No depoimento acima, a gestora demonstra ter conhecimento sobre os artigos que norteiam as Diretrizes e que estão de acordo com Maudonnet (2012), afirmando que a DCNEI serve para orientar no planejamento, na elaboração, na

execução e na avaliação das Políticas Públicas Educacionais voltadas para a Educação Infantil. O artigo 2º das Diretrizes colabora com esta afirmação:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares. (BRASIL, 2010)

Ao questionar os professores sobre o entendimento que possuem a respeito das DCNEI, apenas um não conhece nada a respeito do assunto. Em sua resposta P14 diz: “Não tenho conhecimento sobre o assunto”. A professora P14 possui menos de 5 anos de tempo de serviço, formada no curso normal, seguido da Pedagogia e com Especialização em Supervisão Pedagógica. Apesar de toda formação não tem conhecimento sobre a Diretrizes que regem a Educação Infantil.

Os demais professores demonstraram ter conhecimento sobre as DCNEI, alguns um conhecimento mais superficial e outros mais aprofundando:

Tenho conhecimento, elas são a base de orientação dos projetos a serem desenvolvidos na escola. (P8)

...É importante para que nele se baseie nossos projetos e trabalhos a serem desenvolvidos na escola. (P7)

Diretrizes curriculares auxiliam e orientam, na elaboração, planejamento e execução das propostas pedagógicas. (P17)

Nos depoimentos acima é evidente que os professores entendem as Diretrizes como um documento que serve para guiar a prática pedagógica, auxiliando a elaboração e execução de projetos nas escolas. Alguns professores foram além nas suas respostas, complementando o que os professores acima afirmam:

No meu entendimento o DCNEI é um documento que orienta e coordena as práticas do professor em sala, nos conteúdos, o que deverá ser trabalhado de acordo com a faixa etária da criança levando em conta as vivências e a realidade social do aluno. Indica que os projetos e metodologias devem estar interligadas as vivências dos alunos. (P11)

As diretrizes curriculares nacionais para educ. inf. Foi elaborada para as práticas pedagógicas pra serem desenvolvidas com as crianças em espaços coletivos, garantindo a criança acesso de vários conhecimentos abrangendo também a proteção, saúde, o cuidar e o brincar e a interação com as outras crianças. (P18)

Reiterando o depoimento dos professores acima Maudonnet (2012) diz: “As crianças precisam ter tempo para viver as coisas profundamente, ter oportunidade de sentir as experiências, poder ouvir uma boa história, sem pressa porque vai abrir o portão”. E o DCNEI traz consigo a valorização da criança, a relação criança espaço e o relacionamento entre outras crianças. Tornando o ambiente escolar propício para que a criança vivencie saberes e manifestações articuladas com o que é importante para ela em cada momento.

Tratando-se ainda, a respeito do conhecimento dos professores acerca das Diretrizes, e o tema desta pesquisa “Educação Ambiental”, foi necessário entender se os pesquisados reconhecem que existe um eixo norteador que trata do tema em questão. Pode-se observar nos depoimentos abaixo o entendimento de alguns professores a respeito do que diz a DCNEI sobre a EA:

...As DCNEI em seu artigo nono fixa que a práticas pedagógicas da E.I. devem ter como eixos norteadores a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade a sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais. (P9)

...Que a E.I. deve por em prática e promover a interação e o cuidado, preservação e conhecimento da biodiversidade do planeta. E que devemos cuidar a natureza para não haver desperdício – sustentabilidade. (P1)

Reconheço que existe. No artigo nono fala que a Educação Infantil deve proporcionar práticas que promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais. (P2)

Os depoimentos dos professores vão ao encontro do que diz as Diretrizes Curriculares a respeito do Educação Ambiental, levando para a sala de aula a possibilidade de a criança entender desde cedo que é preciso cuidar, preservar e que o equilíbrio da vida na Terra está relacionado as ações humanas. Portanto, A inserção da Educação Ambiental na Educação Infantil pode proporcionar mudanças de pensamentos e comportamento da criança em relação ao meio em que interage.

4.3 METODOLOGIAS UTILIZADAS PELOS PROFESSORES PARA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este tópico da pesquisa traz a resposta ao objetivo principal que trouxe a realização deste estudo, descrever as metodologias desenvolvidas em Educação Ambiental pelos professores da Educação Infantil.

Ao serem questionados se desenvolvem metodologias para a inserção da EA, todos responderam sim e que trabalham temas que envolvem questões ambientais. As metodologias apontadas pelos professores tratam de temas ambientais apontados no gráfico 04, abaixo representado:

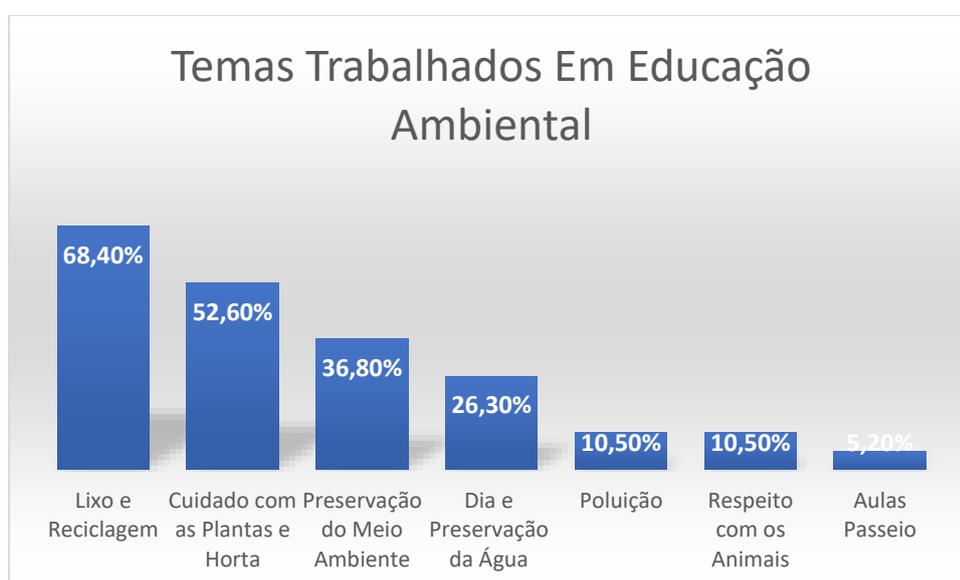


Gráfico 4– Temas Trabalhado em Educação Ambiental

Fonte: Elaboração da autora (2018)

O gráfico 4 demonstra que o tema “lixo e reciclagem” é o mais apontado quando se fala em Educação Ambiental nas escolas de Educação Infantil, seguido pela criação e cuidados com a horta no pátio da escola. A preservação ao meio ambiente também é bastante discutida nas metodologias utilizadas pelos professores, assim como a preservação da água, trabalhada em virtude do dia mundial da água.

Seguindo as 3 categorias a serem observadas identifica-se as metodologias utilizadas pelos professores como:

4.3.1 Metodologias Tradicionais

As práticas metodológicas realizadas para trabalhar o tema “lixo e reciclagem” classificadas como sendo tradicionais, foram aquelas que não proporcionam ao aluno criar, somente reproduzir, como pode-se observar nas respostas a baixo:

Aprender a separar o lixo, através de vídeos e músicas. (P. 3)

Utilizo filmes infantis (didáticos) e faço com que aprendam a reciclar o lixo e levem esse conhecimento até suas casas. (P.16)

As metodologias mencionadas acima foram classificadas na categoria tradicional, por tornar o aluno um telespectador das atividades, por não permitir que seja um agente ativo. De acordo com Francisco (2007) o tema lixo pode proporcionar a criação de ações em que a criança seja um participante ativo no processo de ensino aprendizagem, focando na mudança comportamental como resultado.

4.3.2 Metodologias Inovadoras

Ainda a respeito do tema reciclagem e lixo, as respostas dos professores permitem classificar algumas metodologias na categoria de inovador, de acordo com as adaptações deste estudo. As propostas enquadradas como inovadoras, foram aquelas que proporcionam o aluno ser o sujeito ativo e participante nas atividades, como pode-se constatar na descrição dos professores a baixo:

... cuidado e armazenamento do lixo, com visitas e passeios em praças – observar, cuidar, manter limpo, ao final do passeio deixar o espaço como encontrou. (P.7)

... as aulas passeio são muito usadas por mim, pois vivenciando o concreto os alunos conseguem assimilar melhor o conhecimento, bem como interagir com o meio. Durante uma aula passeio por exemplo trabalhamos o lixo reciclável, fizemos o recolhimento, a seleção e trabalhamos a conscientização de pais e alunos sobre a importância de não descartar o lixo na rua e do seu reaproveitamento. (P.12)

Na Páscoa plantamos cenoura p/ o coelho em rolo de papel higiênico (reciclando), no dia das mães plantamos uma flor que deveria ser regada. também em material reciclado (pet cortado). (P.17)

... atividades relacionadas ao lixo e reciclagem. Reutilização de determinados materiais p/ confecção de brinquedos, passeios à praça e arredores da escola identificando os “problemas” relacionados ao lixo. (P.8)

...trabalho o ano inteiro questões como preservação, separação do lixo, reciclagem, entre outros temas relevantes para a faixa etária. Tenho em prática, por exemplo, o projeto “aprendendo com a reciclagem, onde os alunos foram levados as ruas próximas à escola para que visualizassem a quantidade de lixo descartado indevidamente, realizamos rodas de conversa

e entre outras coisas, confeccionamos brinquedos com material reciclado.
(P9)

As propostas metodológicas apresentadas acima possibilitam os alunos a participarem e interagirem com o tema proposto. Piaget (1964) defendia “novos métodos de educação”, onde as crianças possam conversar entre si e o professor observar, questionar e levantar contradições. Essas metodologias categorizadas neste estudo como inovadoras vão de acordo com Piaget (1964) quando diz que:

O objetivo principal da Educação é criar homens capazes de realizar coisas novas, e não simplesmente repetir o que fizeram as gerações anteriores – homens que sejam criativos, inventivos e descobridores. O segundo objetivo da Educação é formar mentes críticas, que possam avaliar, e não apenas aceitar tudo que lhes seja oferecido (...) (PIAGET, p. 5, 1964)

Trabalhar com a Educação Ambiental permite metodologias em que o aluno seja participativo, ativo e crítico, e faça parte do seu processo de ensino aprendizagem. De acordo com as propostas citadas nas respostas a cima, percebe-se a oportunidade da criança em ir a campo nos passeios e ter a possibilidade de realizar na prática as atividades, construindo com os materiais reciclados.

De acordo com os apontamentos realizados pelos professores o segundo tema mais abordado para promoção da Educação Ambiental é o cuidado com as Plantas e a construção de hortas no pátio da escola. O autor Morgado (2008) salienta a importância de inserir a horta no ambiente escolar, por se tornar um laboratório vivo que oportuniza as crianças unir teoria à prática, desenvolvendo a educação alimentar. Além de despertar na criança o cuidado e a preservação com as plantas, contribuído para essa relação harmoniosa entre criança e natureza.

As metodologias que envolvem a horta foram adaptadas e inseridas na categoria Inovadora, na qual o aluno é levado a experimentar e viver a experiência de montar, cuidar e preservar o plantio. Como pode-se perceber nas respostas a baixo:

... desenvolvo um trabalho com os alunos de plantio de sementes e a observação do crescimento e o cuidado diário. Este trabalho é desenvolvido apenas quando os alunos estão sob minha responsabilidade. Conversa sobre natureza, preservação, importância das plantas. Solicitação de sementes variadas para a família. Plantio em areia (terra) adubada com vários materiais (cascas de frutas, casca de ovo...). Observação e cuidado diário ou semanal.
(P9).

A Educação Ambiental é um tópico muito importante de ser trabalhado na Educação Infantil, por proporcionar a criança explorar sua relação com a natureza, e o uso de hortas aproximam os alunos da realidade, oportunizando a criação de hábitos sustentáveis e corretamente ecológicos. De acordo com as respostas abaixo:

Trabalhamos de acordo com o calendário de datas comemorativas. Também temos a horta da escola que é cuidada pelos alunos. Eles colhem e levam para a cozinha para serem higienizados e servidos no almoço. (P1)

... dispomos de uma horta, algumas árvores frutíferas e flores ornamentais na escola que é cuidada e tratada pelos alunos. (P2)

A utilização da horta como metodologia, se destaca ao possibilitar os alunos a aprenderem temas como alimentação, nutrição, cuidados com a terra e plantas, se tornando uma proposta metodologia interdisciplinar. De acordo com Pantoja (2013), a horta na escola serve como laboratório vivo, que possibilita a união de prática com a teoria, trazendo benefícios a formação da criança. A autora ainda aponta:

O estudante aprende a plantar, transplantar mudas, regar, arar o solo, remover pragas, colher, reconhecer diferentes cultivares, identificar as diferentes características vegetais, bem como a nutrição e adubação necessárias. Ainda no que tange aos benefícios desse processo, a formação de uma horta altera sensivelmente a relação das pessoas com os ambientes naturais e urbanos, pois estimula a construção dos princípios de sustentabilidade, e valorização dos recursos naturais. (PANTOJA, 2013)

Para a construção da horta na escola se faz necessário um espaço, um pátio com terra que proporcione o plantio, e todas as escolas participantes da pesquisa possuem uma área considerável para a execução da horta. Essa metodologia por ser interdisciplinar (BARROS, 2017), também é trabalhada com outros temas nas escolas, como podemos observar nas respostas a baixo:

... a importância e o cuidado com as plantas e o papel de cada um na sociedade. Semana do Meio Ambiente – aproveitar para trabalhar o tema do lixo e do desenvolvimento das plantas. (P7)

...trabalhamos Meio Ambiente, ciclos da água, germinação e plantas. (P11)

Semana do Meio Ambiente, plantio de sementes, quando possível dar mudas a comunidade escolar. (P6)

Alguns professores, sujeitos desta pesquisa trabalham a horta juntamente com o tema meio ambiente, e preservação da água, com metodologias que se completam. O tema meio ambiente também é tratado com outros temas, como poluição e cuidado com os animais e plantas. Muito dessas metodologias são trabalhadas seguindo o calendário escolar e inseridas na semana do meio ambiente.

Trabalhar o meio ambiente na Educação Infantil permite mostrar as crianças as diversas formas de vida, de fauna e flora e os cuidados com o meio em que se vive. De acordo com Marangon (2002) o meio ambiente de ser trabalhado com base na realidade sociocultural da criança, procurando despertar autonomia no aprendizado, é o que se pode analisar nas respostas a baixo:

Procuro trabalhar a conscientização da preservação do meio ambiente por meio de comportamentos e atitudes rotineiras, como não jogar papel no chão, economizar água, além de trabalhar com material reciclado. Através de conversas e atitudes que permitam o contato dos alunos com os meios de preservação do ambiente. E também através da utilização de material e reaproveitamento dos mesmos em diferentes trabalhos. (P13)

...buscamos incentivar o cuidado pela natureza através da preservação das águas com trabalhos lúdicos, e também conscientização para não desperdiçar a gotinha na torneira, s/ lixo e reciclagem, s/ plantação, cuidado e rega das plantas em geral. (P17)

As metodologias sobre o meio ambiente foram enquadradas como inovadoras, por possibilitarem aos alunos serem ativos durante as atividades, de construir com material reciclado e de ser estimulados a aprender atitudes que mudem seus comportamentos. De acordo com Medeiros (2011) “para se ter um ambiente desejado é necessário que o indivíduo aprenda a sobreviver bem com o meio ambiente”, trabalhar este tema na Educação Infantil se torna importante pela criança estar em fase de desenvolvimento, na melhor idade para aprender.

4.3.3 Metodologias em Transição

As metodologias apontadas pelos professores para tratar o tema reciclagem e lixo também se encaixaram na categoria de em transição, nesta pesquisa adaptada, como aquela por hora permite ao aluno ser o sujeito do seu aprendizado, com atividades práticas e de experiências e por hora é mero telespectador das atividades apresentadas, como pode-se observar nas respostas a baixo:

Trabalho a temática fazendo uso de diversos recursos tais como: livros, vídeos, roda de conversas, confecção de murais, etc. (P2)

Projeto reciclando e criando, onde incentivamos a reciclagem e descarte correto do lixo. Usamos vários recursos, vídeos, confecção de murais, construções de brinquedos com materiais reciclado. (P5)

Na minha prática observamos vídeos em desenho animado que nos mostram o que é bom e o que é ruim. Também confeccionamos brinquedos, fantoches entre outras coisas com material reciclado, assim mostrando que tudo se transforma. (P15)

As metodologias categorizadas como em Transição estão no caminho para uma metodologia construtivista, onde o aluno possui autonomia no seu processo de aprendizagem, assim como nas metodologias aqui categorizadas como Inovadoras.

Em todas as instituições escolares participantes desta pesquisa os professores desenvolvem metodologias que envolvem a Educação Ambiental e apesar de estarem envoltas pela presença do Canal São Gonçalo, do Canal do Pepino e do Arroio Pelotas nenhuma proposta metodológica envolve e desfruta desta característica.

A Educação Ambiental para ser considerada transversal precisa estar inserida em todas as propostas metodológicas desenvolvidas no ambiente escolar. Trabalhando como tema transversal as metodologias se tornam mais relevantes na formação das crianças (MACEDO, 1999). As propostas encontradas nesta pesquisa trabalham a Educação Ambiental valorizando sua transversalidade, pois expressam conceitos e valores que são fundamentais para a formação do aluno.

4.4 A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil recebe crianças de zero a cinco anos de idade, sendo o primeiro contato com a educação formal da criança. Desta forma esta pesquisa preocupou-se em saber a opinião dos professores a respeito da Educação Infantil ser o momento adequado para a inclusão da Educação Ambiental, e todos por unanimidade declararam que sim, como pode-se observar nas repostas a seguir:

Sim. Penso ser importante que desde cedo as crianças aprendam a cuidar, preservar e reaproveitar de maneira adequada o nosso meio ambiente, os alunos devem conhecer sobre os impactos da falta de cuidados no meio ambiente, para se tornarem adultos responsáveis e conscientes com essa questão. (P11)

Com certeza, os alunos estão mais abertos ao conhecimento, difundem o que aprendem e praticam muito do que é visto. Sem contar que cobram mais da família participação. Aprendem brincando, são curiosos. (P5)

Sim, acho que quantos mais conteúdos forem trabalhados nessa faixa etária melhor. Acredito ser a melhor idade para que explorem esses conteúdos. (P14)

Acredito que é o melhor momento. Porque a criança começa desde cedo desenvolvendo hábitos saudáveis de cuidado e respeito a vida, ao planeta. (P2)

Com certeza, nesse período as crianças estão formando seu caráter, assimilando noções de certo ou errado e é um ótimo momento de inserir a consciência ecológica, o senso de preservação! (P9)

Sim. A criança é curiosa e se interessa por tudo o que está a sua volta. Devemos aproveitar essa curiosidade e interesse e ensiná-las a preservar o ambiente em que vivem. (P19)

Sim. É onde se formam os conceitos de certo e errado, é onde se firma hábitos. (P7)

Talvez sim, pois é na infância que guardamos nossos maiores e melhores ensinamentos. Quem não lembra de algo que sua primeira professora mostrou e ensinou e não leva pela vida toda. (P 15).

As crianças estão sempre dispostas a aprender, e é preciso aproveitar este momento para inserir a temática ambiental nas práticas metodológicas da Educação Infantil. Como aponta P19, a criança é curiosa e se interessa por tudo que está ao seu redor, tornando esse momento adequado para a promoção da Educação Ambiental.

De acordo com Allan (2016) a inserção da Educação Ambiental em crianças de zero aos três anos de idade deve ser de modo a explorar os ambientes próximos a escola, explorando a natureza, a relação humana e as relações com a água, o solo, o ar, as plantas e os animais. Dessa forma, a criança terá sua primeira noção a respeito das relações humanas de modo geral. Como afirma P11, em dizer que é importante a criança aprender a cuidar e preservar desde cedo o ambiente em que vive.

Para Vygotsky (2007), desde o nascimento a criança passa por interações sociais humanas, pois nasce equipada com características da espécie humana, possibilitando que se desenvolva e aprenda. Aproveitar essa fase para desenvolver atividade relacionadas a Educação Ambiental proporciona uma maior absorção dos conceitos pela criança.

Crianças de quatro a seis anos, idade que ainda estão na Educação Infantil, devem ter um aprofundamento e uma ampliação dos conhecimentos já adquiridos, garantindo que sejam capazes de demonstrar seus interesses e curiosidade acerca da temática ambiental (ALLAN, 2016). De acordo com Allan (2016), nessa fase as crianças estão:

...formulando perguntas, imaginando soluções, manifestando opiniões sobre os acontecimentos, buscando informações, confrontando ideias, e estabelecendo algumas relações entre o modo de vida característico de seu grupo social e de outros grupos, bem como entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana. (ALLAN, 2016)

Entendo que é fundamental, aproveitar esta fase para desenvolver nas crianças as questões de meio ambiente, com criatividade, pois são capazes de começar a compreender as relações ambientais. Como afirma o professor P9, sendo a Educação

Infantil o momento adequado para inserir as questões ecológicas e as noções de preservação ambiental.

O RCNEI, Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, (BRASIL, 1998), aponta que as práticas pedagógicas nessa faixa etária devem ter o objetivo em resultar relevantes aprendizagens para os alunos, permitindo que a criança seja capaz de organizar perguntas, mediar comparações, se interessar por novas informações e consiga confrontar as ideias dos demais colegas. As temáticas propostas pela Educação Ambiental proporcionam ao professor propor metodologias que possibilitam ao aluno a ter esses resultados na sua aprendizagem.

Segundo os desenvolvimentos cognitivos criados por Piaget (2012), as crianças em fase da Educação Infantil se encontram no desenvolvimento sensorimotor (0-2 anos) e no pré-operatório (2-7 anos). Ainda de acordo com Piaget (2012), nem todas as crianças atingem os mesmos estágios ao mesmo tempo, cada uma tem seu momento específico.

Na fase de desenvolvimento sensorimotor Piaget (2012) afirma que o aprendizado ocorre através da assimilação e acomodação, e a criança é capaz de perceber que suas ações são capazes de fazer coisas acontecerem ao seu redor, conhecendo o mundo através de movimentos e sensações. Já na fase de desenvolvimento pré-operatório, a criança já tem bem desenvolvida a linguagem e o pensamento, sendo mais egocêntricas e começam a pensar simbolicamente (PIAGET, 2012). Essas fases estão presentes nas escolas de Educação Infantil, em constante mudanças, o professor tem um papel importante na mediação de cada fase com a proposta metodológica a ser trabalhada.

A Educação Infantil, em acordo com todos os professores sujeitos desta pesquisa, é o momento adequado para a inserção da Educação Ambiental. É o período de amadurecimento da criança, e o começo da vida escolar, onde é possível aprender valores e conceitos sem ter pré-conceitos.

CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tem importante papel na formação de um cidadão pensante, reflexivo, crítico e consciente das suas ações e das consequências delas no meio ambiente em que vive. E esta responsabilidade começa na Educação Infantil, primeiro contato da criança com um ensino formal e o momento mais fácil de inserir as questões ambientais no aprendizado do aluno.

O período da Educação Infantil pode ser desafiador, tanto para os pais como para os professores, inserir a Educação Ambiental nesta fase com metodologias que permitam que os pequenos sejam sujeitos de seu aprendizado pode não parecer tarefa fácil.

É na infância que tudo começa, e é esse o período adequado para a inclusão da Educação Ambiental, com seus aspectos transversais, que permitem aos professores utilizarem de metodologias que vão além do espaço da escola, que vão além do espaço da sala de aula. Acredito que seria mais fácil ensinar uma criança sobre as relações humanas com o meio ambiente, do que um adulto.

Categorizar as metodologias em tradicionais, inovadoras ou em transição, mostrou-me que os professores estão dispostos a inovar, estão em busca de metodologias que incentivem os alunos, instigando-os a serem pensantes, agentes de seu próprio aprendizado. Observei por exemplo, que a metodologia que envolve a horta, vai além da Educação Ambiental, trabalha com o social da criança, tornando assim a temática transversal.

Diante do exposto durante esta dissertação, consigo concluir que as escolas de Educação Infantil envolvidas na pesquisa desenvolvem metodologias para a promoção da Educação Ambiental, seja em algum momento da pré-escola ou em todos, o aluno tem contato com as questões ambientais. Além disso, mostra que existem fragilidades na relação da família com a escola, por falta de tempo, ou por falta de experiência do professor em incluir os pais nas atividades. A falta de informações durante a formação inicial do professor pode ter responsabilidade nessa dificuldade de saber incluir a EA em sua ação docente.

Deste modo, percebi com essa pesquisa que alguns professores buscam por si, informações e formação continuada para inserir em sua prática pedagógica as questões da Educação Ambiental, na tentativa de inovar e trazer para a sala de aula

metodologias que os permitam formar alunos curiosos e construtores do seu conhecimento.

Assim sendo, desenvolvendo as questões da Educação Ambiental na Educação Infantil, permite a criança desde cedo a aprender que é necessário ter comportamentos e atitudes para garantir uma relação saudável da vida com o meio ambiente, inclusive aprendendo a cuidar, preservar e não desperdiçar os recursos ambientais.

Portanto esta pesquisa conclui que os professores realizam em sua totalidade metodologias de ensino que consideram a transversalidade na Educação Ambiental, sendo elas inovadoras, tradicionais ou de forma transitória entre uma e outra.

REFERÊNCIAS

ALLAN, L. **A educação Ambiental na Educação Infantil**. In: Revista Exame online. Publicado em 17 de maio de 2016. Disponível em: www.google.com.br/amp/s/exame.abril.com.br/negocios/dino/a-educacao-ambiental-na-educacao-infantil-dino89096995131/amp/. Acesso 26/04/2018.

ALVES, R. **O amor que acende a lua**. Campinas: Papirus Speculum, 2003. 214p.

ANCHIETA, B. R. **Educação Ambiental através do lúdico para o público infantil**. 2005. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Belas Artes/ Universidade do Porto. Porto, Portugal, 2005.

BARBOSA, M. C. S.; ALBUQUERQUE, S. S.; FOCHI, P. S. **Linguagens e Crianças: Tecendo uma Rede pela Educação da Infância**. RevistAleph – ISSN 1807-6211, Rios de Janeiro. Julho, 2013.

BARDIM, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo. Edições 70, 2011.

BARROS, J. Horta – uma atividade interdisciplinar. In: Canal do Educador. Disponível em: www.google.com.br/amo/s/m.educador.brasilecola.com.br/amp/orientacoes/hortau-ma-atividade-interdisciplinar.htm. Publicado em 2017. Acesso em 25/04/2018.

BERNARDES, M. B. J.; PRIETO, E. C. **Educação Ambiental: disciplina versus tema transversal**. Ver. Eletrônica Mestr. Educ. Ambiental. ISSN 1517-1256, v. 24, janeiro a julho de 2010.

BOVO, M.C. **Interdisciplinaridade e Transversalidade como dimensões da ação pedagógica**. Revista Urutágua – revista acadêmica multidisciplinar Centro de Estudos Sobre Intolerância – Maurício Tragtenberg. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Publicado em 03.12.04, última atualização 11 agosto, 2005.

BOZZA, B. **A importância da família na educação infantil**. IN SEGS. Publicado em 19 de abril de 2016 Disponível em: <http://www.segs.com.br/educacao/12848-a-importancia-da-familia-na-educacao-infantil.html>. Acesso em 17/04/2018.

BRASIL, **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. IN: Ministérios das Relações Exteriores. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/135-agenda-de-desenvolvimento-pos-2015>. Última Atualização em 21 dezembro 2017. Acesso em 23/04/2018.

BRASIL, MEC/SSESP. **Referencial Curricular Nacional para educação infantil** IRCNEI Brasília: MEC/SES, 1998. V. 1-3.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Ano CXXXIV, n. 248, 23/12/1996.

BRASIL. Lei de Política Nacional de Educação Ambiental, **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Brasília, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 19 de dezembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. I e II.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília. DF. 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC ISEF, 1998.

CARDOSO, Patrícia Alves. **Extensão Universitária Construção Coletiva de Conhecimentos** Vol. 0. / Patrícia Alves Cardoso / Kênia de Souza Oliveira / Allisson Rodrigues de Rezende, (Organizadores) Ituiutaba: Barlavento, 2017, 474p.

CARVALHO, I. C. M. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M., CARVALHO, I. C. M. (Orgs). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. P. 51-63.

CUBA, M. A. Educação Ambiental nas escolas. **ECCOM**, v.1, n 2, p. 23-31. 2010.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. In: Paidéia (Ribeirão Preto) 2007, vol.17, n.36, pp. 21-32. ISSN 0103-863X. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2007000100003&lng=pt&tlng=pt . Acesso em: 25/04/2018.

DUARTE, E. N.; RAMALHO, F. A.; AUNTRAN, M. M. M.; PAIVA, E. B.; ARAUJO, M. B. S. **Estratégias metodológicas adotadas na pesquisa de iniciação científica Premiada na UFPB: em foco a série “iniciados”**. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci: Inf. ISSN: 15182924, Florianópolis, v.14, n.27, p. 170-190, 2009.

DUTRA, P. **O que são metodologias de ensino e como funcionam?** In: Me põe na História. Disponível em: <https://www.mepoenahistoria.com.br/metodologias-ensino/>. Publicado em 21 de novembro de 2016. Acesso em 31/07/2018

FERREIRA, C. A. L. **Pesquisa Quantitativa e Qualitativa: Perspectivas para o Campo da Educação.** Revista mosaico, v. 8, n.2, p. 173-182, jul/dez. 2015.

FRANCISCO, W. C. **A Educação Ambiental na Sala de Aula.** In: Canal do Educador. Disponível em: <https://m.educador.br/estrategias-ensino/a-educacao-ambiental-na-sala-aula.htm>. Publicado em 2007. Acesso em 23/04/2018.

FRANCISCO, W. de C. e. **"Eco-92"**; Brasil Escola, 2015. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/eco-92.htm>>. Acesso em 27 de dezembro de 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da Pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GÓMEZ, A. I. P. Compreender o ensino na escola: modelos metodológicos de investigação educativa. In: SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino.** In: compreender e transformar o ensino – Slide Share, publicada em 2013. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/helioluc/20-sacristan-compreender-e-transformar-o-ensino>. Acesso em 31/07/2018.

GUIMARÃES, M.; VASCONCELLOS, M.M.N. **Relações entre educação ambiental e educação em ciências na complementariedade dos espaços formais e não formais da educação.** Editora UFPR. Curitiba. Revista Educar, n. 27, p 1147-162, 2006.

LACERDA, A. B. de. **Educação ambiental pelos caminhos da ética complexa da transdisciplinaridade.** In: 29ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu, MG, 2006. Anais eletrônico. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/29portal.htm>. Acesso em 28/03/2017.

LEITE, A. L. T. de A.; MEDINA, N. M. **Educação ambiental: curso básico a distância: Educação e Educação Ambiental II.** 5 v. 2 ed. Brasília: MMA, 2001.

LIMA, M. J. G. S. **A disciplina educação ambiental na rede municipal de educação de Armação dos Búzios (RJ): investigando a tensão disciplinaridade/integração na política curricular.** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

LOPES, M. **Confiança entre Família e Escola é Base para a Educação Infantil.**In: Inovações em Educação. Publicado em 30 de junho de 2016. Disponível em: porvir.org/confianca-entre-familia-escola-e-base-para-educacao-infantil/. Acesso em 26/04/2018.

MACEDO, E. F. **Os temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Química Nova na Escola,** n 8, p. 23-27, 1998.

MACEDO, E. F. Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais. In: Antonio Flavio Moreira (Org): **Currículo: políticas e práticas.** Campinas, Papirus, 1999.

MACHADO, G. B. **História da Educação Ambiental no Brasil e no Mundo**. In: Portal Resíduos Sólidos. Publicado em 12 de dezembro de 2013. Disponível em: www.portalresiduossolidos.com/historia-da-educacao-ambiental-brasil-e-mundo. Acesso em 19/12/2016.

MANZKE, V. H. B. **A genética e seus temas embaixadores (no ensino médio)**. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2000. 200p.

MANZKE, V. H.B. **Aspectos da Interação entre Professor de Biologia e o Livro Didático no Ensino de Genética, na Cidade de Pelotas, RS**.1999. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1999.

MARANGON, C. **Preservar também é coisa de criança**. In: Nova Escola. disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/297/preservar-tambem-e-coisa-crianca>. Publicada em: 01 de dezembro de 2002. Acesso em 25/04/2018.

MARTINS, N. **A educação ambiental na Educação Infantil**. Monografia (licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal de São Carlos/ São Carlos, 2009.

MAUDONNET, J. **DCNEI: um desafio para todos nós educadores de criança pequena**. In: **Estudando a Criança Pequena**, Publicado em 10 de junho de 2012. Disponível em: criancapequenina.blogspot.com.br/2012/06/dcnei-um-desafio-para-todos-nos.html?m=1. Acesso em abril de 2018.

MEDEIROS, A. B.; MENDONÇA, M. J. da S. L.; SOUZA, G. L. de.; OLIVEIRA, I. O. de. **A importância da Educação Ambiental na escola nas séries iniciais**. 2011. Monografia (especialização em Docência). Faculdade Montes Belo – FMB, São Luís de Montes Belo, 2011.

MILHORANCE, F. **O que foi a Rio 92**. Publicado em 2012. In: O Globo. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/rio20/o-que-foi-rio-92-4981033>. Acesso em 27/12/2016.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social, teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOREIRA, M. A. **“O mestrado (profissional) em ensino”**. Revista Brasileira de Pós-Graduação. Brasília: ano 1, n 1. Julho de 2002, p. 131-142.

MOREIRA, M. A.; NARDI, R. **“O mestrado profissional na área de Ensino de Ciências e Matemática: alguns esclarecimentos**. R.B.E.C.T., vol 2, núm 3, set/dez 2009. ISSN – 1982-873X.

MOREIRA, M. de C. **A educação ambiental no contexto da educação infantil**. 2010. Monografia (Especialização em Educação) – Instituto a Vez do Mestre, Universidade Cândido Mendes, 2010.

MOREIRA, M. S.C.; SILVA, M. G. **Relação família-escola: peculiaridade, divergências e concordâncias no processo ensino-aprendizagem**. In: Educação

Pública. Publicado em 8 dezembro de 2015. Disponível em: educacaopublica.dederj.edu.br/revist/artigod/relação-familia-escola-peculiaridades-divergencias-e-concordancias-no-processo-ensino-aprendizagem. Acesso em 26/04/2018.

MORGADO, F. S. **A Horta Escolar na Educação Ambiental: experiência do projeto horta viva nas escolas municipais de Florianópolis**. Revista Eletrônica de Extensão, nº6, 2008.

NOVACK, P.N.; JANSEN, G. S.; VIEIRA, S.G. **Crescimento Urbano: O Vetor Leste e o Novo Bairro São Gonçalo em Pelotas, RS**. VII SEUR e I Colóquio Internacional Sobre Educação do Campo e Ensino de Geografia Eixo 3 – Memória, Patrimônio, Paisagem e Planejamento Urbano, 2015.

NUNES, M. **Entre a hegemonia do conservadorismo e a possibilidade da educação ambiental crítica da crítica**. In: Ambiente Legal, 2014 Disponível em: www.ambientelegal.com.br/educação-ambiental-no-brasil/. Acesso em 27/12/2016.

OLIVEIRA, G. C. S.; TONIOSSO, J. P. **Educação ambiental: práticas pedagógicas na educação infantil**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade. Bebedouro -SP, 1 (1): 30-43, 2014.

OLIVEIRA, H. T. DE. **Educação Ambiental – ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?!** In: Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Ministério da Educação/MEC – Departamento de Educação Ambiental. Brasília: UNESCO, 2007.

PANTOJA, T. de F.; CESARINO, F.; CRUZ, E. L. da.; VAZ, J. D. C.; SOUSA, T. G. **A Importância da Horta Escolar no Processo Ensino-aprendizagem de Botânica em uma Escola de Macapá, AP**. 64º Congresso Nacional de Botânica. Belo Horizonte, 10-15 de novembro de 2013.

PELOTAS, **Lei nº 5.490 de 24 de Julho de 2008 do Município de Pelotas**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/18057218/inciso-vi-do-artigo-3-da-lei-n-5490-de-24-de-julho-de-2008-do-municipio-de-pelotas>. Acesso em 17/04/2018.

PEREIRA, K. A. B.; BITTAR, M.; GRIGOLI, J. A. G. **A Transversalidade e a interdisciplinaridade em Educação Ambiental: uma reflexão dentro da escola**. VII Jornada do HISTEDBR. UNICAMP, Campo Grande, 2014.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação**. Rio de Janeiro; José Olímpio, 2007.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 156p.

PIAGET, J. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1967. [Six Études de Psychologie, 1964]

PINHEIRO, M. M. **Concepções de Infância e de Educação Infantil que permeiam a prática docente**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do

Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2008.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Conferência de Belgrado (1975)**. In: Portal Educação/Biologia. Publicado em 16 de janeiro de 2013. Disponível em: www.portaleducacao.com.br/biologia/artigo/27424/conferencia-de-belgado-1975. Acesso em 19/12/2016.

RANGEL, J. **O que é a Agenda 21 e a sua importância para a construção de cidades sustentáveis**. Rio de Janeiro, 2015. In: SustentArqui. Disponível em: www.sustentarqui.com.br. Acesso em 27/12/2016.

RESOLUÇÃO N° 002/2009. Conselho Municipal de Educação – Pelotas, 2009.

RODRIGUES, C. **Educação física, educação ambiental e educação infantil no contexto escolar: uma sinergia possível**. 2007, 98p. Dissertação (Mestrado) Departamento de Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SANTOS, L. R. dos.; TONIOSSO, J. P. **A importância da relação escola-família**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 1 (1): 122-134, 2014.

SERODIO, M. L. S. **Estratégias para o desenvolvimento em Educação Ambiental**. In: EBAH. Publicado em março de 2012. Disponível em: www.ebah.com.br/content/ABAAA0-CAL/educacao-ambiental. Acesso em: 27/12/2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo. Ed. Atlas, 2013.

VERISSIMO, L. **Perfil da Criança de 4 a 6 anos**. In: Slide Share. Publicada em 27 de novembro de 2011. Disponível em: pt.slideshare.net/luciaverissimo2/perfil-da-crianca-4-a-6-anos. Acesso em setembro de 2016.

VIEIRA, M. dos S. K. **Interpretando as Ciências da Natureza na Educação Infantil a partir da Ação Docente**. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias na Educação). Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação do Instituto Federal de Educação Sul-rio-grandense – Campus CAVG/ Pelotas, 2017.

YUS, R. **Temas transversais: em busca de uma nova escola**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

APÊNDICE 1 - INSTRUMENTO COLETA DE DADOS PROFESSORES

Instrumento para coleta de Dados

**Pesquisa: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA TRANSVERSALIDADE NAS
METODOLOGIAS UTILIZADAS POR PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Nome: _____

Idade: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Sexo: _____

Ensino Médio/Ano: _____

Magistério/Ano: _____

Graduação/Ano: _____

Especialização/Ano: _____

Mestrado/Ano: _____

Doutorado/Ano: _____

Tempo de serviço: _____

Trabalha em outra Escola ou Lugares? Quantos? Qual a carga horária?

1. Você tem conhecimento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), documento que norteia os eixos da Educação Infantil? Qual seu entendimento sobre o DCNEI?

2. Você reconhece que no DCNEI existe um eixo norteador que está diretamente relacionado com a Educação Ambiental? O que você sabe sobre?

3. Você desenvolve metodologias para a inserção da EA na EI? Quais? Se não desenvolve, qual o motivo?

4. Você pode descrever detalhadamente as metodologias adotadas, com os recursos utilizados e o desenvolvimento da atividade? Se não realiza nenhuma, tem conhecimento de como desenvolver uma atividade relacionada a Educação Ambiental?

5. Você considera importante trabalhar a Educação Ambiental na Educação Infantil? Porque?

6. As metodologias que você adota incluem a comunidade escolar ou só a turma? Porque?

7. Sua formação lhe fornece o amparo para trabalhar as questões da EA?
Porque?

8. Você buscou formação continuada para trabalhar EA? Qual?

9. Você sente necessidade de uma formação específica para trabalhar EA?
Porque?

10. Você acha que a Educação Infantil é o momento adequado para a
inserção da EA? Porque?

APÊNDICE 2 - INSTRUMENTO COLETA DE DADOS GESTORES

Instrumento para coleta de Dados

Pesquisa: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA TRANSVERSALIDADE NAS METODOLOGIAS UTILIZADAS POR PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Pesquisadora: Rosa Maraní Rodrigues Brizolara

DIREÇÃO OU COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Nome: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Parte I: Dados Gerais da Escola

1. Caracterização da Pré-Escola

1.1 Dados Gerais:

a) Bairro:

b) Características gerais do Bairro:

c) Tipo de Clientela e nível socioeconômico:

d) Períodos de aulas e números de salas/turmas, quantas de cada nível? (berçário, maternal, pré 1, pré 2)

1.2 Estrutura Administrativa e de apoio:

a) Qual a composição da equipe diretiva (diretor, coordenador, funcionários, professores, auxiliares e cuidadores)?

b) Que tipo de infraestrutura a Escola tem disponível? (exemplo: biblioteca, quadras, sala de informática, etc.)

c) Quais recursos didáticos e de apoio à Escola possui? (exemplo: vídeo, computadores, máquinas fotográficas, etc.)

2. Estrutura Pedagógica:

a) A Proposta pedagógica e o Regimento escolar tratam de metodologias para a inserção da Educação Ambiental?

b) Como é a relação escola/família/comunidade?

3. Você tem conhecimento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), documento que norteia os eixos da Educação Infantil? Qual seu entendimento sobre o DCNEI?

4. O professorado atuante nas turmas da Escola é incentivado a terem o conhecimento sobre o DCNEI?

5. Existe algum incentivo da parte diretiva e pedagógica da Escola para que os professores trabalhem as questões da Educação Ambiental? Qual?

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA TRANSVERSALIDADE NAS METODOLOGIAS UTILIZADAS POR PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

As informações contidas neste termo, fornecidas por **Rosa Maraní Rodrigues Brizolaratêm** como objetivo firmar acordo escrito com o (a) voluntário (a) para participação na pesquisa acima citada, autorizando sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos a que será submetido (a). Esta pesquisa faz parte de um projeto de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias na Educação -PPGCITED, promovido pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Campus Pelotas – Visconde da Graça.

Natureza da Pesquisa: Esta pesquisa tem como finalidade descrever as metodologias desenvolvidas em EA por professores das Escolas de Educação Infantil Municipais de Pelotas.

Sujeitos da Pesquisa: Professores da Educação Infantil de escolas Municipais dos Bairros Navegantes, Balsa, Porto e Cruzeiro da cidade de Pelotas.

Envolvimento na pesquisa: Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone **(53) 99105-9083** ou pelo e-mail **rosinhaderni@gmail.com** da pesquisadora.

Sobre as coletas ou entrevistas: Os dados serão coletados em entrevistas com perguntas já estabelecidas, as entrevistas acontecerão no ambiente de trabalho do pesquisado e serão gravadas pelo pesquisador.

Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados da (o) voluntária (o) serão identificados com um código, e não

com o nome. Apenas os membros da pesquisa terão conhecimento dos dados, assegurando assim sua privacidade.

Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo contribua com informações importantes que deve acrescentar elementos importantes à educação, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa ao autorizar sua participação nesta pesquisa, bem como nada será pago pela participação.

Liberdade de recusar ou retirar o consentimento: Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem penalidades.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para permitir sua participação nesta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

APÊNDICE 4 – O PRODUTO FINAL

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSECAMPUS
PELOTAS VISCONDE DA GRAÇA PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS NA
EDUCAÇÃO

Guia Prático

Compartilhando a Educação Ambiental: exemplos para o professor trabalhar a EA na Educação Infantil

Rosa Maraní Rodrigues Brizolara



ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

